

Sentido de competência parental e comportamento pró-social dos filhos: Perceções de mães e pais divorciados

VERSÃO FINAL APÓS DEFESA

Joana Alexandra Martins Tomaz

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
2º ciclo de estudos

Orientadora: Prof^a. Doutora Ana Isabel Cunha

dezembro de 2025

Declaração de Integridade

Eu, Joana Alexandra Martins Tomaz, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M13384, do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 17/12/2025

Dedicatória

Concluir esta etapa representa para mim muito mais do que a realização de um objetivo acadêmico é o culminar de uma caminhada exigente, feita de esforço, resiliência e, sobretudo, de muito apoio.

Enquanto trabalhadora-estudante, esposa e mãe só foi possível chegar até aqui porque nunca caminhei sozinha.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu marido, pelo apoio incondicional, pela paciência e pela forma como acreditou sempre em mim, mesmo quando eu própria duvidava. À minha filha Maria João, que tantas vezes sentiu a minha ausência, mas que é e será sempre a minha maior inspiração. Anseio que este caminho seja para ela um exemplo de persistência e de coragem. Ao meu filho Duarte que neste momento ainda está no meu ventre mas que em breve conhecerei, agradeço já a força silenciosa que me acompanhou durante esta reta final. Obrigada aos meus três pilares.

Um agradecimento sentido aos meus pais, à minha sogra e a toda a família, que foram a minha retaguarda ao longo destes cinco anos, compreendendo as minhas ausências e apoiando-me de diversas formas.

Um agradecimento especial é devido a todos os docentes da Universidade da Beira Interior, com quem tive o privilégio de aprender. Em particular, manifesto a minha profunda gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Ana Isabel Cunha, pela paciência, incentivo e encorajamento constantes. A sua confiança e palavras de força, especialmente nos momentos em que a gravidez e o cansaço ameaçavam a minha motivação, foram determinantes para que eu não desistisse, obrigada.

Aos meus amigos de sempre, e aos que conheci durante estes anos na UBI, a vossa amizade e apoio foram fundamentais para que esta etapa fosse também vivida com partilha e companheirismo.

Por fim, agradeço a todas as escolas e famílias que participaram no estudo, tornando possível a realização desta investigação, e a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização desta etapa.

A todos, o meu sincero obrigada.

Resumo

O sentido de competência parental refere-se à percepção dos pais sobre a sua eficácia e satisfação no desempenho do papel parental, enquanto o comportamento pró-social traduz a capacidade da criança em demonstrar empatia, ajudar e cooperar com os outros. O presente trabalho teve como objetivo analisar estas duas dimensões em famílias pós-divórcio/separação, com um primeiro estudo que explorou a influência de variáveis sociodemográficas e a relação entre as variáveis, e um segundo que analisou possíveis diferenças e associações entre mães e pais ex-cônjuges relativamente às suas percepções. Participaram no total 163 progenitores divorciados/separados, com crianças entre os 3 e os 10 anos, que preencheram as versões portuguesas da Escala do Sentido de Competência Parental (PSOC) e da subescala de Comportamento Pró-social do Questionário de Forças e Dificuldades (SDQ). No estudo 1 (n=123), verificou-se que mães e pais mais jovens e com dois filhos reportaram níveis mais elevados de competência parental total, eficácia e satisfação, e que mães e pais com menor escolaridade apresentaram percepção de maior eficácia comparativamente aos com escolaridade superior. Verificou-se, ainda que o sentido de competência parental total e as suas dimensões se encontraram positivamente associadas com o comportamento pró-social dos filhos. Os resultados do estudo 2 (n=40; 20 ex-casais) revelaram a ausência de diferenças significativas entre mães e pais na percepção da competência parental e do comportamento pró-social dos filhos. Destacou-se um elevado grau de concordância interparental, sobretudo na eficácia parental e na avaliação do comportamento pró-social, sugerindo percepções convergentes mesmo após a dissolução conjugal.

Os resultados são discutidos à luz da literatura sobre parentalidade pós-divórcio/separação, destacando-se a relevância de incluir ambos os progenitores tanto na investigação, como em intervenções com famílias com crianças.

Palavras-chave:

Competência parental; comportamento pró-social; divórcio/separação

Abstract

Parental sense of competence refers to parents' perception of their efficacy and satisfaction in performing the parental role. In contrast, prosocial behaviour reflects the child's ability to demonstrate empathy, provide help, and cooperate with others.

The present study aimed to analyze these two dimensions in post-divorce/separation families. The first study examined the influence of sociodemographic variables and their relationship with each other, while the second examined potential differences and associations between mothers and fathers, as ex-spouses, regarding their perceptions. A total of 163 divorced/separated parents participated, with children aged between 3 and 10, who completed the Portuguese versions of the Parenting Sense of Competence Scale (PSOC) and the Prosocial Behaviour subscale of the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ). In Study 1 (n = 123), younger mothers and fathers with two children reported higher levels of overall parental competence, efficacy, and satisfaction. Furthermore, parents with lower educational attainment perceived themselves as more efficacious compared to those with higher education. It also revealed that overall parental sense of competence and its dimensions were positively associated with children's prosocial behaviour. The results of Study 2 (n = 40; 20 former couples) revealed no significant differences between mothers and fathers in their perception of parental competence and children's prosocial behaviour. A high degree of interparental agreement was observed, particularly regarding parental efficacy and the assessment of prosocial behaviour, suggesting convergent perceptions even after marital dissolution.

The results discussed consider the literature on post-divorce/separation parenting, highlighting the importance of including both parents not only in research but also in interventions with families with children.

Keywords

Parental competence; prosocial behaviour; divorce/separation

Índice

Lista de Tabelas	7
Lista de Acrónimos	8
Introdução	9
I Parte - Enquadramento teórico	11
1. Parentalidade	11
1.1 Definição e evolução ao longo do ciclo vital da Família.....	11
1.2 Parentalidade Pós-divórcio	12
2. Sentido de Competência Parental	14
2.1 Satisfação e eficácia parental	14
3. Comportamento Pró-social na criança	16
3.1 A competência Parental, o Divórcio e Comportamento pró-social.....	18
II Parte- Estudo empírico	20
2.1 Objetivos do estudo	20
2.2 Método	21
2.2.1 Participantes.....	21
2.2.2 Procedimentos	25
2.2.3 Instrumentos.....	26
2.2.4 Análise Estatística.....	29
2.3 Resultados	30
2.4 Discussão.....	42
2.5 Conclusão	45
Bibliografia	48

Lista de Tabelas

Tabela 1. Características Sociodemográficas dos Participantes - Estudo1	22
Tabela 2. Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 1	23
Tabela 3. Características Sociodemográficas dos Participantes – Estudo 2	24
Tabela 4. Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 2	25
Tabela 5. Sentido de competência parental em função das características sociodemográficas dos pais (idade, escolaridade, nível socioeconómico, nº de filhos).....	31
Tabela 6. Diferenças nos resultados PSOC Total, Eficácia e satisfação parental: (idade; sexo; posição na fratria) - crianças	32
Tabela 7. Comportamento pró-social em função das características sociodemográficas dos pais (idade, escolaridade, nível socioeconómico, nº de filhos).....	33
Tabela 8. Comportamento pró-social em função das características da criança (sexo, idade, posição na fratria)	33
Tabela 9. Correlações de Pearson entre o Sentido de Competência Parental e o Comportamento Pró-social das Crianças	34
Tabela 10. Análise de médias e frequência em cada respostas nas subescalas Eficácia e satisfação parental, total PSOC (perspetiva materna)	36
Tabela 11. Análise de médias e frequência em cada respostas nas subescalas Eficácia e satisfação parental, total PSOC (perspetiva paterna)	38
Tabela 12. Análise de médias e frequência em cada respostas no questionário SDQ - itens do comportamento pró-social (perspetiva materna)	39
Tabela 13. Análise de médias e frequência em cada respostas no questionário SDQ - itens do comportamento pró-social (perspetiva paterna).....	40
Tabela 14. Competência Parental: diferenças entre médias (mães e pais)	40
Tabela 15. Comportamento Pró-social estatísticas descritivas e diferenças entre médias (classificações materna e paterna)	41
Tabela 16. Correlações entre as perceções de Competência Parental das mães e dos pais.....	41
Tabela 17. Correlações entre as perceções do comportamento pró-social das mães e dos pais	41

Lista de Acrónimos

CPS	Comportamento pró-social
INE	Instituto Nacional de Estatística
NSE	Nível socioeconómico
PSOC	Parenting Sense of Competence scale
SCP	Sentido de Competência Parental
SDQ	Strengths and Difficulties Questionnaire
UA	Universidade dos Açores
UBI	Universidade da Beira Interior

Introdução

A presente dissertação insere-se num projeto mais alargado intitulado “Preditores Psicossociais de Ajustamento Infantil e Familiar”, desenvolvido pela Universidade da Beira Interior (UBI), em parceria com a Universidade dos Açores (UA). O presente estudo tem o seu foco sobre duas variáveis centrais: a competência parental percebida pelos cuidadores e o comportamento pró-social das crianças. Estes dois domínios são analisados à luz da estrutura familiar, com especial foco nas famílias pós-divórcio (pais e mães separados ou divorciados), incluindo também a comparação das perspetivas de ex-cônjuges (pai e mãe da mesma criança).

A evolução das configurações familiares, marcada pelo aumento da prevalência do divórcio, tem implicado novas formas de organização e vivência da parentalidade. Em Portugal, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2023 foram registados 35.971 casamentos entre pessoas heterossexuais e 17.309 divórcios (INE et al., 2023), revelando uma realidade social em transformação. O divórcio é uma transição familiar significativa que implica uma reorganização profunda da dinâmica familiar, afetando não só a relação conjugal, mas também a parentalidade e o desenvolvimento das crianças envolvidas (Matos & Costa, 2011). Este processo, muitas vezes iniciado ainda durante a coabitação, é gerador de stress devido às múltiplas mudanças que acarreta: transformações habitacionais, sociais, económicas, de identidade e dos papéis familiares (Emery, 2012; Ferraro, et al., 2019).

A separação conjugal, embora não determine necessariamente um impacto negativo no desenvolvimento da criança, pode implicar alterações significativas na dinâmica parental. Mesmo após o fim da relação afetiva, o vínculo parental permanece, exigindo uma reorganização das responsabilidades parentais (Amato, 2010). Neste contexto, a perceção de competência parental, entendida como a crença dos cuidadores sobre a sua capacidade para exercer eficazmente o papel de educar, proteger e orientar os filhos, adquire particular importância (Coleman & Karraker, 2008; Johnston & Mash, 1989).

No plano psicológico, o ajustamento parental no pós-divórcio está estreitamente relacionado com recursos internos, como a autoeficácia parental, ou seja, a convicção de que se é capaz de cumprir adequadamente as funções parentais, mesmo em contextos adversos (Lamela et al., 2013). Estudos indicam que pais com maior autoeficácia demonstram maior envolvimento, sensibilidade emocional e estratégias educativas positivas, fatores diretamente associados ao desenvolvimento de competências pró-sociais nas crianças (Fang et al., 2021). Uma perceção elevada de competência parental está, assim, associada ao envolvimento positivo na vida dos filhos e a melhores indicadores de

ajustamento emocional e comportamental (Sanders & Woolley, 2005; Seabra-Santos et al., 2012).

Paralelamente, o comportamento pró-social das crianças — definido como a tendência para agir em benefício dos outros — desenvolve-se em grande parte no seio das interações familiares (Eisenberg et al., 2006). Características individuais como empatia e autorregulação, combinadas com contextos parentais sensíveis e responsivos, promovem comportamentos como ajudar, partilhar, consolar e cooperar (Carlo et al., 2011). A literatura tem enfatizado o papel dos estilos educativos e da qualidade das relações parentais na promoção destas competências, que representam um indicador positivo de ajustamento social (Fang et al., 2021).

Em Portugal, grande parte da investigação sobre parentalidade tem sido conduzida em contextos de famílias intactas, centrando-se na influência das práticas parentais em contextos de estabilidade conjugal (Cunha et al., 2025; Ferreira et al., 2016; Veríssimo et al., 2011). Contudo, o número crescente de famílias pós-divórcio justifica um maior investimento científico na compreensão de como os progenitores vivenciam e percebem a sua competência parental em contextos de reorganização familiar.

Compreender como estas dinâmicas se manifestam em diferentes estruturas familiares é fundamental para promover estratégias de apoio à parentalidade e ao desenvolvimento infantil. Assim, esta investigação tem como objetivo analisar a relação entre o sentido de competência parental de pais e mães divorciados e a perceção do comportamento pró-social dos filhos, procurando ainda comparar as perceções ex-cônjuges nas referidas variáveis.

Esta dissertação está organizada em duas partes. A primeira corresponde ao enquadramento teórico, no qual se exploram os conceitos de parentalidade ao longo do ciclo vital, competência parental, satisfação e autoeficácia parental, bem como o impacto do divórcio na parentalidade e no ajustamento infantil, e os principais fatores associados ao comportamento pró-social. A segunda parte apresenta a componente empírica do trabalho, constituída por dois estudos. O primeiro analisa, numa amostra de pais e mães divorciados, a relação entre a perceção de competência parental e do comportamento pró-social dos filhos e a influência de variáveis sociodemográficas. O segundo estudo analisa estas mesmas variáveis numa amostra de ex-casais (pai e mãe com pelo menos um filho em comum), procurando comparar a perspetiva de ambos e perceber como se associam. Para cada estudo, são descritos os objetivos específicos, a metodologia adotada, a caracterização da amostra, os instrumentos de recolha de dados, os procedimentos seguidos e a análise estatística utilizada. E termina com a apresentação e discussão dos resultados.

I Parte - Enquadramento teórico

1. Parentalidade

1.1 Definição e evolução ao longo do ciclo vital da Família

A parentalidade é um construto complexo (Belsky, 1984). Acarreta diversos comportamentos, crenças, características pessoais, familiares, educacionais, sociais, culturais e jurídicas, que são moldados tendo em conta o contexto e o momento em que ocorre (Moro, 2005). Segundo Borges (2010), a parentalidade caracteriza-se por ser particularmente dinâmica e desafiante originando grandes mudanças nos papéis, nas responsabilidades e nas identidades dos pais.

O exercício da parentalidade é influenciado por modelos internalizados ao longo da infância (Alarcão, 2006). Segundo a autora, cada progenitor traz consigo representações do que é ser pai ou mãe, baseadas nas experiências vividas com as suas próprias figuras parentais, sendo estas frequentemente revisitadas e reconstruídas à luz da sua vivência atual. Estas representações interagem na relação parental e, segundo Alarcão (2006), são confrontadas com as do outro progenitor num processo de negociação e reconstrução.

Benoit et al. (1988, citado por Alarcão, 2006) ilustram este processo através de um "jogo de espelhos", em que cada elemento do casal ajusta a sua autoimagem parental à perceção do outro e à forma como é percecionado. Quando as experiências parentais anteriores foram negativas, os pais podem tender a compensar essas vivências, tentando oferecer aos seus filhos o que não tiveram. Trata-se de um processo relacional que se inicia com o assumir da responsabilidade pela criança, sendo caracterizado pelo exercício de um cuidado responsável e contínuo (Bornstein, 2002). Este processo visa promover o desenvolvimento integral do indivíduo em formação, mobilizando para tal os recursos disponíveis tanto no seio da família como no contexto comunitário, numa lógica de corresponsabilidade e integração social (Cruz, 2013).

Segundo uma perspetiva sistémica, Relvas (1996) propõe uma conceptualização do ciclo vital familiar assente em cinco etapas sequenciais, onde cada uma está associada a tarefas/funções do desenvolvimento específicas, que refletem os processos de ajustamento e reorganização interna do sistema familiar.

A primeira etapa, representada pela "Formação do casal", corresponde ao estabelecimento de um compromisso relacional entre os membros da nova díade conjugal. A segunda etapa, designada "Família com filhos pequenos", implica a (re)definição dos papéis parentais e a delimitação de fronteiras entre o subsistema familiar e o exterior. O nascimento de um filho representa uma evolução complexa na vida familiar, que exige a

conceção do subsistema parental e a reorganização das dinâmicas existentes. Alarcão (2006) destaca que a parentalidade não pode anular a conjugalidade, sendo ambas dimensões que devem coexistir e ser geridas criativamente. No entanto, o tempo conjugal tende a tornar-se mais vulnerável nesta fase, e o casal encara o desafio de manter o vínculo afetivo enquanto tem de responder às exigências parentais (Alarcão, 2006). A parentalidade na primeira infância, mantém o foco na construção do vínculo afetivo, no estabelecimento de rotinas estruturadas e no suporte ao desenvolvimento emocional e cognitivo. A responsividade dos pais e a consistência na educação são fundamentais para o bem-estar infantil (Borges, 2017).

Na terceira fase, “Família com filhos em idade escolar”, a ênfase recai sobre a função socializadora e educativa da família. Segundo Alarcão (2006), a família é desafiada a promover processos de separação e autonomização progressivos. A articulação entre os subsistemas familiar e escolar assume aqui particular importância: ambos os contextos funcionam com estruturas executivas claras e pais e professores partilham a responsabilidade de promover o desenvolvimento biopsicossocial da criança (Alarcão, 2006). Neste quadro, torna-se evidente o papel regulador da parentalidade competente, enquanto promotora de estratégias educativas consistentes e coerentes entre os diferentes sistemas.

A quarta etapa, “Família com filhos adolescentes”, caracteriza-se pela necessidade de flexibilização das fronteiras familiares, de modo a acomodar progressivamente a autonomia dos filhos. O grupo de pares assume um papel central no processo de individuação, funcionando como espaço de experimentação de novos papéis sociais e afetivos. A competência parental neste contexto traduz-se na capacidade de manter uma autoridade dialogante, sensível às mudanças evolutivas do jovem e promotora de comportamentos pró-sociais, mesmo em contextos de fragilidade conjugal ou reorganização familiar (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Por último, na etapa de “Família com filhos adultos”, o sistema familiar é desafiado a integrar múltiplas entradas e saídas de membros, promovendo a continuidade das relações intergeracionais (Alarcão, 2006). Nesta fase, a função dos pais destaca-se pela supervisão, promovendo a autonomia dos filhos. O suporte emocional e o fortalecimento dos laços familiares continuam a ser essenciais, mas com uma abordagem mais flexível e respeitando a independência dos filhos (Souza et al., 2020).

1.2 Parentalidade Pós-divórcio

A sociedade atual representa uma grande diversidade de modelos de família, nos quais os pais não estão limitados a reproduzir os padrões culturais recebidos das gerações anteriores. Pelo contrário, os pais tornam a parentalidade única, personalizando-a com

significados pessoais, aumentando, assim, a sua variabilidade (Villaluenga et al., 2010). Nos últimos anos, devido a uma série de fatores, assistiu-se a um aumento de novas formas de estrutura familiar (Alarcão, 2006), de que são exemplo as famílias pós-separação/divórcio, as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas, entre outras.

O divórcio é entendido como uma mudança na vida familiar, que acrescenta questões complexas para todos os membros da família ao impor novas reorganizações estruturais, judiciais e socioemocionais (Kelly, 2003; Lamela, 2013). A dissolução da relação conjugal não implica o fim da função parental. Quando existem filhos, os ex-cônjuges mantêm um vínculo duradouro, que exige reorganizações funcionais e emocionais significativas. O exercício da parentalidade pós-divórcio está, assim, sujeito a novas exigências, particularmente quando o conflito parental persiste ou a cooperação entre os progenitores é frágil (Relvas; Alarcão, 2002).

Diversas configurações legais e práticas têm emergido para organizar a parentalidade após a separação. Entre as mais comuns destacam-se: a guarda única com regime de visitas, tradicionalmente atribuída à mãe; a guarda partilhada legal, na qual ambos os progenitores mantêm responsabilidades legais, mas a criança reside com apenas um deles; e a residência alternada (ou guarda física partilhada), onde a criança passa períodos comparáveis com ambos os pais (Bauserman, 2002).

A literatura evidencia que, mais do que o regime de guarda em si, é a qualidade da cooperação coparental que se assume como um fator determinante para o bem-estar infantil após o divórcio (Marques, 2023). Quando existe colaboração funcional entre os progenitores — caracterizada por baixos níveis de conflito, boa comunicação e envolvimento parental consistente, os filhos tendem a apresentar melhor ajustamento emocional, maior estabilidade comportamental e vínculos seguros com ambos os pais (Bauserman, 2002; Shelton & Harold, 2008).

Por outro lado, a ausência de cooperação traduz-se frequentemente em dinâmicas parentais desequilibradas: os pais não residentes enfrentam desafios em manter uma relação próxima e significativa com os filhos (Thompson, 1999), enquanto as mães, maioritariamente responsáveis pela guarda, experienciam frequentemente sobrecarga emocional e dificuldades económicas, com impacto na perceção de competência parental (Grzybowski & Wagner, 2010). Por fim, a literatura tem sublinhado que o sucesso da parentalidade pós-divórcio depende da forma como os adultos reorganizam a sua parentalidade, estabelecem fronteiras claras entre os papéis antigos e atuais, e mantêm uma vinculação emocional estável e segura com os filhos (Alarcão, 2006; Bornstein, 2002).

2.Sentido de Competência Parental

O sentido de competência parental (SCP) é um constructo central na literatura sobre parentalidade, remetendo para a percepção que os cuidadores têm sobre a sua capacidade de exercer adequadamente o papel parental (Johnston & Mash, 1989). Esta percepção influencia significativamente os comportamentos, atitudes e estratégias educativas adotadas, refletindo-se no desenvolvimento emocional, social e moral das crianças (Gilmore & Cuskelly, 2008; Jones & Prinz, 2005).

Um dos modelos mais amplamente utilizados para conceptualizar e avaliar o SCP é o de Johnston e Mash (1989), operacionalizado através da *Parenting Sense of Competence Scale* (PSOC). Esta escala identifica duas dimensões principais: a autoeficácia parental (crença na capacidade de enfrentar os desafios parentais de forma eficaz) e a satisfação parental (nível de prazer e realização pessoal que os pais retiram da sua experiência enquanto cuidadores).

2.1 Satisfação e eficácia parental

A satisfação parental refere-se à valorização emocional da experiência de ser pai ou mãe, refletindo a realização pessoal, o reconhecimento social e o afeto sentido na interação com os filhos (Ohan et al., 2000). Esta dimensão está intimamente associada ao bem-estar psicológico dos cuidadores, influenciando a forma como vivem e exercem a parentalidade no quotidiano (Gilmore & Cuskelly, 2009). Já a autoeficácia parental diz respeito às crenças dos progenitores sobre a sua capacidade de organizar e executar práticas educativas eficazes (Bandura, 1997; Coleman & Karraker, 2008). Trata-se de um construto central na compreensão da parentalidade, dado que influencia diretamente a consistência, assertividade e sensibilidade das práticas parentais (Rix et al., 2022).

A literatura tem mostrado que o SCP pode variar em função das características sociodemográficas dos progenitores. Alguns estudos realçam diferenças entre mães e pais, sendo as mães a relatar maior satisfação parental, enquanto os pais apresentam níveis mais elevados de autoeficácia (Gilmore & Cuskelly, 2009; Ohan, Leung, & Johnston, 2000). A idade dos progenitores também se associa ao SCP, sugerindo que são os pais mais velhos que se percebem como mais competentes, possivelmente devido à maior experiência de vida e maturidade (Sevigny & Loutzenhiser, 2010). Quanto ao nível socioeconómico, recursos económicos mais elevados estão relacionados com maior autoeficácia parental, e por sua vez, nos contextos de vulnerabilidade socioeconómica pode verificar-se aumento de stress e diminuição da percepção de competência (Coleman & Karraker, 1998).

Outra variável que tem sido estudada no âmbito do sentido de competência parental é número de filhos na família, no entanto com resultados diversos. Alguns estudos sugerem que a experiência adquirida com múltiplos filhos pode aumentar a autoeficácia, porque os cuidadores desenvolvem maior confiança na sua capacidade de lidar com as exigências do papel parental, à medida que enfrentam situações diversas que podem fortalecer a percepção de competência (Coleman & Karraker, 2008; Shumow & Lomax, 2002). Por outro lado, outros estudos indicam que um maior número de filhos pode também estar associado a níveis mais baixos de satisfação parental, em virtude do aumento das responsabilidades, da sobrecarga de tarefas e do menor tempo disponível para cada criança/filho (Sanders & Woolley, 2005; Sevigny & Loutzenhiser, 2010). Estas condições podem intensificar o stress parental, levando a uma diminuição do sentimento de realização no exercício do papel de pai/mãe.

Quando se considera o contexto do divórcio, tanto a satisfação como a autoeficácia parentais podem sofrer um impacto significativo. A dissolução conjugal, enquanto evento potencialmente gerador de stress, pode fragilizar a confiança dos pais nas suas capacidades e diminuir o sentido de gratificação na parentalidade, especialmente quando se verificam dificuldades na cooperação coparental, tensões legais ou distanciamento relacional face aos filhos (Albanese et al., 2019).

Contudo, a investigação também demonstra que o envolvimento parental próximo, a qualidade da comunicação entre os ex-cônjuges e a percepção de apoio social funcionam como fatores de proteção, promovendo uma vivência parental positiva mesmo após o divórcio (Marques, 2023; Silva et al., 2019). De igual modo, a autoeficácia parental tem sido reconhecida como um fator relevante na adaptação ao contexto pós-divórcio. Uma revisão sistemática realizada por Fang et al. (2021) identificou que níveis mais elevados de autoeficácia estão associados a práticas parentais mais consistentes e a uma maior resiliência dos cuidadores. Complementarmente, Rix et al. (2022), através de um estudo qualitativo, evidenciaram que muitos pais divorciados percebem a confiança nas suas capacidades parentais como um recurso central para enfrentar os desafios da parentalidade após a rutura conjugal.

A literatura aponta que, em média, adultos divorciados reportam níveis mais baixos de bem-estar psicológico, menor rede de apoio e maior frequência de acontecimentos de vida negativos, comparativamente a adultos casados (Amato, 2000). Estas alterações refletem-se diretamente na parentalidade. Como salientam Rix et al. (2022), o divórcio pode abalar a percepção de autoeficácia parental, sendo comum que os pais experienciem sentimentos de solidão, exaustão e autocrítica. De acordo com Fang et al. (2021), fatores como o stress parental, depressão, baixo suporte social e recursos

económicos limitados influenciam negativamente o sentido de autoeficácia parental, comprometendo a qualidade das interações com os filhos.

No entanto, a literatura sugere que, à medida que os pais percebem melhorias no ajustamento psicológico dos filhos, nomeadamente maior estabilidade emocional, comportamento adaptativo ou uma boa relação com ambos os progenitores, estes tendem também a experienciar uma recuperação no seu próprio bem-estar emocional e sentido de eficácia parental (Lamela & Figueiredo, 2013; Lamela et al., 2016). Este efeito pode ser explicado pelo reforço positivo que os pais retiram da perceção de que as suas práticas parentais estão a produzir resultados benéficos para os filhos.

3. Comportamento pró-social na criança

O ajustamento infantil é um conceito multidimensional que abrange a forma como a criança lida com os desafios do desenvolvimento e se adapta aos diferentes contextos em que está inserida: família, escola, pares (Lamela et al., 2016). Tradicionalmente, grande parte da literatura tem-se centrado na identificação de indicadores negativos de ajustamento, como problemas de comportamento, dificuldades emocionais e baixo rendimento escolar (Amato, 2010). No entanto, a análise do comportamento pró-social permite explorar uma vertente positiva do ajustamento, evidenciando competências que promovem a integração social, o bem-estar emocional e o desenvolvimento moral da criança.

O comportamento pró-social refere-se a ações voluntárias orientadas para o benefício do outro – como ajudar, partilhar, consolar ou cooperar – e representa uma das expressões mais relevantes do ajustamento socioemocional (Eisenberg et al., 2006). Estas competências emergem da interação entre traços individuais (como empatia e autorregulação) e os contextos relacionais mais significativos, nomeadamente a família, os pares e a escola (Carlo et al., 2011). Entre os fatores parentais mais relevantes para o seu desenvolvimento destacam-se o estilo educativo, a qualidade da comunicação afetiva e a consistência das práticas parentais (Grusec & Hastings, 2015). Uma parentalidade sensível e responsiva, pautada por afeto, escuta ativa e promoção de comportamentos cooperativos, tende a favorecer a interiorização de normas sociais e a emergência da empatia e da responsabilidade moral (Eisenberg et al., 2006). Pelo contrário, pior funcionamento familiar e mais conflito entre os pais associa-se a níveis mais baixos de comportamento pró-social nos filhos (Cunha et al., 2025).

Para além dos fatores parentais, também as características das crianças influenciam o desenvolvimento do comportamento pró-social. A idade constitui uma variável relevante: estudos longitudinais mostram que estes comportamentos tendem a

umentar ao longo da infância, acompanhando o desenvolvimento da empatia, da tomada de perspectiva e da autorregulação (Eisenberg et al., 2006; Hay & Cook, 2007). Crianças mais novas revelam comportamentos pró-sociais mais simples, como partilhar ou oferecer objetos, enquanto as mais velhas apresentam comportamentos mais complexos e intencionais, como consolar ou defender colegas.

A posição na fratria é também relevante. Irmãos mais velhos, por exemplo, tendem a desenvolver mais cedo competências pró-sociais, já que frequentemente assumem papéis de cuidadores e mediadores nas interações com os irmãos mais novos (Tucker et al., 1999). A convivência fraterna constitui, assim, um contexto privilegiado para a prática de cooperação, partilha e resolução de conflitos (Dunn, 2002). No entanto, os resultados não são lineares: filhos únicos ou irmãos mais novos também podem apresentar elevados níveis de comportamento pró-social, sobretudo quando crescem em contextos familiares marcados por apoio emocional e modelos relacionais positivos (Padilla-Walker, Harper, & Jensen, 2010)

No entanto, o ciclo vital familiar pode sofrer disrupções significativas aquando de uma separação conjugal, o que implica novos desafios estruturais e emocionais para todos os membros da família, especialmente para os filhos (Alarcão, 2006). Embora a decisão do divórcio pertença ao casal, as crianças são muitas vezes confrontadas com sentimentos de insegurança, perda e ausência de controlo sobre os acontecimentos (González, 1998). Como sublinha Amato (2010), o divórcio constitui um evento de transição potencialmente adverso, que pode comprometer o ajustamento psicológico e social das crianças, sobretudo quando associado a conflito interparental, instabilidade relacional ou perda de contacto com um dos progenitores.

Apesar de um risco acrescido de dificuldades internalizantes e externalizantes, como ansiedade, problemas de comportamento ou rendimento escolar (Amato, 2000; Kelly & Emery, 2003) os efeitos do divórcio não são homogéneos. A investigação aponta para a existência de múltiplos fatores mediadores, entre os quais se destacam a qualidade da coparentalidade, a estabilidade da residência, o envolvimento continuado de ambos os pais e os recursos socioeconómicos disponíveis (Amato, 2010; Lamela et al., 2016). A meta-análise de Bauserman (2002) reforça que crianças em regimes de guarda conjunta, quando bem geridos, apresentam melhores níveis de ajustamento, maior proximidade com ambos os progenitores e menor exposição ao conflito parental. Se, por um lado, o divórcio pode representar um fator de risco, por outro, ambientes coparentais estáveis, cooperativos e emocionalmente disponíveis podem continuar a promover a interiorização de normas sociais e a capacidade de agir em benefício do outro. Estudar este equilíbrio torna-se crucial para uma abordagem mais completa ao desenvolvimento da criança em contextos de transição familiar.

3.1 A competência Parental, o Divórcio e Comportamento pró-social

O divórcio representa uma mudança significativa na estrutura e dinâmica familiar, com potenciais implicações no ajustamento emocional e social das crianças. No entanto, os seus efeitos não são inevitáveis nem uniformes. Estudos apontam que o fator mais determinante não é a dissolução conjugal em si, mas sim a qualidade das práticas parentais no período pós-divórcio, nomeadamente a perceção de competência parental (Amato, 2010; Lamela et al., 2016).

Como referido anteriormente, a competência parental percebida refere-se à confiança dos pais na sua capacidade para exercerem o papel parental de forma eficaz. Esta perceção está intimamente ligada à autoeficácia e à satisfação parental, dimensões que influenciam diretamente a qualidade das práticas educativas (Seabra-Santos et al., 2015; Jones & Prinz, 2005). Pais que se identifica como competentes tendem a ser mais consistentes, afetivos e responsivos, promovendo um ambiente familiar mais seguro e previsível, fatores essenciais para o desenvolvimento do comportamento pró-social infantil (Grusec & Hastings, 2015; Sanders et al., 2005).

O comportamento pró-social, que inclui ações como partilhar, ajudar e cooperar, constitui um importante indicador de ajustamento positivo. Embora a literatura sobre divórcio tenha tradicionalmente privilegiado a análise de comportamentos externalizantes e internalizantes, investigações mais recentes destacam que as competências parentais exercem um papel central também no desenvolvimento pró-social (Becher et al., 2022).

Em contextos de divórcio/separação, a competência parental pode ser fragilizada por fatores como o conflito interparental, a reorganização das responsabilidades parentais ou a ausência de apoio institucional (Lamela et al., 2016). Rix et al. (2022) evidenciam que uma perceção parental negativa da sua própria competência está associada a práticas educativas inconsistentes, maior stress parental e menor responsividade emocional, o que dificulta a promoção de comportamentos pró-sociais na criança.

Por outro lado, quando os pais conseguem manter uma relação cooperante após a separação e se percebem como eficazes, tendem a preservar rotinas educativas estáveis e vínculos seguros, o que contribui para um clima emocional propício ao desenvolvimento socioemocional positivo (Feinberg, 2003; Pan et al., 2024). A qualidade da coparentalidade, ao influenciar a perceção de competência, atua como variável mediadora fundamental neste processo (Feinberg, 2003; Tucker et al., 1999).

Programas de intervenção dirigidos à parentalidade de progenitores divorciados, como os analisados por Becher, Lim e McGuire (2022), mostram que é possível reforçar a competência parental percebida, com benefícios claros no comportamento pró-social das crianças. Estes programas, ao promoverem práticas educativas mais conscientes,

emocionalmente ajustadas e coerentes, têm demonstrado eficácia em mitigar os efeitos negativos da transição familiar.

II Parte - Estudo empírico

2.1 Objetivos do estudo

Tal como referido anteriormente, este estudo insere-se num projeto mais alargado - “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar”-, cujo objetivo é analisar a relação entre diferentes variáveis de natureza psicossocial e indicadores de saúde em crianças e famílias.

Neste âmbito, a presente investigação foca especificamente o estudo da perceção de competência parental e comportamento pró-social em crianças, em famílias onde ocorreu separação/divórcio entre os pais. O trabalho organiza-se em dois estudos complementares. O primeiro apresenta uma análise da perceção de competência parental de pais e mães separados/divorciados e a sua relação com o comportamento pró-social dos filhos. O segundo estudo integra uma amostra de ex-cônjuges (pai e mãe), permitindo comparar a perceção de ambos em relação às variáveis em estudo.

Mais especificamente, colocam-se os seguintes objetivos de investigação em cada estudo:

Estudo 1

- Analisar o impacto de características sociodemográficas dos pais e mães (i.e., idade, escolaridade, nível socioeconómico, número de filhos, regime de guarda, tempo decorrido desde o divórcio/separação) e da criança (i.e., idade, sexo, e existência de irmãos, posição na fratria) na perceção de competência parental e do comportamento pró-social dos filhos.

- Analisar a associação entre o sentido de competência parental e comportamento pró-social dos filhos na perspetiva dos pais e mães.

Estudo 2

- Avaliar se existem diferenças significativas entre pais e mães na perceção de competência parental e na perceção do comportamento pró-social dos filhos.

- Analisar se as perspetivas dos pais se associam entre si relativamente ao sentido de competência parental e ao comportamento pró-social das crianças.

2.2 Método

2.2.1 Participantes

Os critérios de inclusão no estudo incluíam ser progenitor de uma criança com idade compreendida entre os 3 e os 10 anos, estar separado/divorciado e assinar o consentimento informado.

A amostra total do presente estudo é formada por 163 participantes. O estudo 1 é composto por 123 participantes divorciados/separados e a amostra do segundo estudo é composta por 40 participantes, correspondente a 20 ex-casais com filhos em comum.

Assim, o Estudo 1 ($n = 123$) integra 110 mães e 13 pais. As idades das mães variam entre os 21 e os 49 anos ($M = 36.72$; $DP = 5.59$) e as dos pais entre os 27 e os 47 anos ($M = 38.6$; $DP = 6.18$) (Tabela 1). Quanto à percepção do nível socioeconómico, a maioria das mães e dos pais classifica-o como médio. No que diz respeito à escolaridade, 47.3% das mães e 46.2% dos pais tinha concluído o ensino superior e, em termos de situação profissional, a grande maioria das mães e a totalidade dos pais encontrava-se profissionalmente ativa. Os participantes tinham em média 1.82 filhos ($DP = 1.07$), tendo 45.5% dois filhos e 40.7% um filho. Quanto ao tempo de divórcio, só foi possível apurar esta informação em 30 participantes, estando a maioria divorciada/separada entre 1 e 3 anos ($M = 1.70$; $DP = 0.99$).

Tabela 1. Características Sociodemográficas dos Participantes - Estudo I

Variável	Mães (n=110)		Pais (n=13)		Amostra total (n=123)	
	n	%	n	%	n	%
Idade						
21-31	21	19.3	2	15.4	23	19
32-42	73	67	6	46.2	82	67.8
43-49	15	13.8	5	38.5	16	13.2
Nível socioeconômico ^b						
Baixo	9	8.2	--	--	9	7.4
Médio-baixo	29	26.4	4	33.3	33	27
Médio	64	58.2	7	58.3	71	58.2
Médio-Alto	7	6.4	1	8.3	8	6.6
Alto	1	0.9	--	--	1	0.8
Escolaridade						
Ensino Básico	15	13.6	2	15.4	17	13.8
Ensino Secundário/ Profissional	43	39.1	5	38.5	48	39
Ensino Superior	52	47.3	6	46.2	58	47.2
Situação profissional						
Profissionalmente ativo	94	85.5	13	100	107	86.9
Reformado/Pensionista	1	0.9	--	--	1	0.9
Dona/o de casa	3	2.7	--	--	3	2.7
Procura de Trabalho	6	5.5	--	--	6	5.5
Outra situação	6	5.5	--	--	6	5.5
			n	%		
Número de filhos						
1 filho			50	40.7		
2 filhos			56	45.5		
3 filhos			13	10.6		
4 ou mais filhos			4	3.2		
			n	%		
Tempo de Divórcio ^c (anos)						
1-3			18	60		
4-6			5	16.7		
7-9			5	16.7		
10-12			2	6.7		

a)2 valores omissos; b)1 valor omissos; c) 93 valores omissos

Relativamente às crianças, 50.8% são do sexo feminino. Com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, a maioria tem entre 3 e 4 anos, sendo a média de 4.91 anos ($DP = 1.92$). A maioria das crianças tem irmãos (59.3%). Destes, a categoria mais representada de lugar na fratria é de filho mais novo (41.5%). Quanto ao regime de residência, foi apenas possível aferi-lo em 33 casos e, nestes, predomina a residência permanente (69.7%) com um dos progenitores. Destes 33 casos, 23 têm residência permanente com a mãe (Tabela 2).

Tabela 2. *Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 1*

Variável	Grupo 1 (n=123)	
	n	%
Sexo ^a		
Masculino	60	49.2
Feminino	62	50.8
Idade		
3-4 anos	67	54.5
5-7 anos	39	31.7
8-10 anos	17	13.8
Irmãos		
Sim	73	59.3
Não	50	40.7
Regime de Residência ^c		
Permanente	23	69.7
Alternada	10	30.3

a) 1 valor omissos; b) 50 valores omissos; c) 90 valores omissos

No Estudo 2 (n = 40), a amostra é constituída por 20 mães e 20 pais. As idades das mães ($M = 36.45$; $DP = 6.05$) são compreendidas entre os 28 e os 51 anos, e a dos pais ($M = 37.26$; $DP = 4.97$) entre 28 e 45 anos. Em termos de escolaridade, o ensino secundário foi o nível mais frequentado pelas mães (55%) e pelos pais (55%). Quanto à situação profissional, a grande maioria das mães (90%) e dos pais (100%) encontra-se profissionalmente ativo. Relativamente à perceção do nível socioeconómico, a maioria das mães (60%) e dos pais (55%) classifica-o como médio. Quanto ao tempo decorrido desde o divórcio, o período mais frequente foi entre 1 e 3 anos (55%), com uma média 1.55 anos ($DP = 0.69$) (Tabela 3).

Tabela 3. *Características Sociodemográficas dos Participantes – Estudo 2*

Variável	Mães (n=20)		Pais (n=20)	
	n	%	n	%
Idade ^{a)}				
28-35	11	55	7	36.8
36-43	5	25	10	52.6
44-51	4	20	2	10.5
Nível socioeconómico				
Baixo	--	--	--	--
Baixo/ Médio-baixo	8	40	9	45
Médio	12	60	11	55
Médio-Alto	--	--	--	--
Alto	--	--	--	--
Escolaridade				
Ensino Básico	2	10	7	15
Ensino Secundário/ Profissional	11	55	10	55
Ensino Superior	7	35	2	30
Situação profissional				
Profissionalmente ativo	18	90	20	100
Reformado/Pensionista	1	5	--	--
Dona/o de casa	--	--	--	--
Procura de Trabalho	--	--	--	--
Outra situação	1	5	--	--
Tempo de divórcio		n	%	
1-3 anos		11	55	
4-6 anos		7	35	
7-9 anos		2	10	

a) 1 valor omissor

No que respeita às crianças, a maioria é do sexo masculino (55%) e tinham entre os 3 e os 10 anos ($M = 6.00$; $DP = 2.64$). A maior representação tem irmãos (55%) e ocupa o lugar de filho mais novo (45%) na fratria. Em relação ao regime de residência, predomina a residência alternada (70%), destes 50% em moldes semanal e 50% em regime quinzenal (Tabela 4).

Tabela 4. *Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 2*

Variáveis	Estudo 2 (n=20)	
	n	%
Sexo		
Masculino	11	55
Feminino	9	45
Idade		
3-4 anos	8	40
5-7 anos	5	25
8-10 anos	7	35
Irmãos		
Sim	11	55
Não	9	45
Nº de irmãos		
1	9	45
2	1	5
4	1	5
Posição na Fratria		
Mais velho	2	10
Mais novo	9	45
Regime de Residência		
Permanente	6	30
Alternada	14	70
Moldes da residência alternada ^a		
Semanal	7	50
Quinzenal	7	50

a) 6 casos omissos

2.2.2 Procedimentos

O presente estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (CE-UBI-Pj-2023-062-ID1950-52). Após a aprovação, foram estabelecidos contactos com os diretores de escolas do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, bem como com instituições particulares de solidariedade social com valência de educação pré-escolar, através do envio de uma carta por endereço eletrónico.

Foi solicitado às entidades responsáveis a devida autorização para a realização do estudo nos estabelecimentos de ensino selecionados. Posteriormente, os coordenadores do 1.º ciclo foram informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo, tendo-lhes sido apresentado o protocolo de investigação. Após a autorização formal das direções, essa apresentação foi repetida junto de cada docente do 1.º ciclo e de cada educadora de infância.

A recolha de dados decorreu em duas fases. Na primeira, os questionários foram entregues aos professores e educadores dentro de um envelope aberto, contendo o protocolo de investigação (documentação de apresentação do estudo, consentimento informado e conjunto de questionários), dirigidos exclusivamente às mães. Após o preenchimento, os questionários eram devolvidos em envelope fechado e recolhidos pela

investigadora ao fim de uma semana. Sensivelmente duas semanas depois, os mesmos procedimentos foram repetidos com os pais.

A participação no estudo foi voluntária, informada e confidencial. Todos os participantes foram devidamente esclarecidos quanto aos objetivos e à metodologia do estudo, tendo assinado um termo de consentimento informado. A confidencialidade foi assegurada pela ausência de elementos identificativos na base de dados. Para que fosse possível associar os protocolos preenchidos pela mãe e pelo pai, mantendo o anonimato da criança, foi solicitado aos participantes que criassem um código composto por letras e algarismos, com base nas instruções fornecidas no respetivo protocolo.

A recolha de dados decorreu entre janeiro e maio de 2025, nos distritos da Guarda e de Viseu, tendo sido realizada em parceria com uma estudante que desenvolvia a sua dissertação no âmbito do mesmo projeto. No total, foram distribuídos 280 questionários a encarregados de educação de crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo, tendo sido devolvidos 246. Destes, 181 foram excluídos por estarem em branco, resultando numa amostra válida de 65 participantes divorciados ou separados. Adicionalmente, foram incluídos 98 protocolos de indivíduos divorciados/separados recolhidos em anos anteriores, no âmbito do mesmo projeto e com os mesmos procedimentos de recolha, o que permitiu constituir uma amostra total de 163 participantes divorciados/separados. No total dos questionários devolvidos, identificaram-se 40 questionários que foram preenchidos individualmente por ambos os progenitores relativamente ao(s) filho(s) em comum, constituindo, assim, uma subamostra de 20 ex-casais. Finalizada a recolha, foram elaboradas duas bases de dados no programa *IBM SPSS Statistics* (versão 30), uma para o estudo 1 e outra para o estudo 2, através das quais foi realizada toda a análise estatística necessária para dar resposta aos objetivos do presente estudo.

2.2.3 Instrumentos

De modo a ser possível realizar o presente estudo, foram utilizados três instrumentos, nomeadamente, o Questionário Sociodemográfico, Escala do Sentido de Competência Parental (PSOC) e o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ).

Questionário sociodemográfico

Foi utilizado um questionário em papel para preenchimento por cada progenitor, com o objetivo de recolher informações por autorrelato relativas ao género, idade, habilitações literárias, situação profissional, número de filhos, estado civil, tempo decorrido desde a separação/divórcio, local de residência, modalidade de guarda parental, nível sócio económico do agregado familiar atual, assim como, género da criança, data de

nascimento, número de irmãos, frequência de instituição escolar e tipo (jardim de infância/escola).

Escala do Sentido de Competência Parental – PSOC

A *Parenting Sense of Competence Scale* – Escala do Sentido de Competência Parental (PSOC) é um instrumento de autorresposta desenvolvido por Johnston e Mash (1989), e adaptado para a população portuguesa por Seabra-Santos et al. (2015). Tem como objetivo avaliar o sentido de competência parental percebido, ou seja, as atitudes e sentimentos dos pais relativamente ao exercício do seu papel enquanto cuidadores de crianças, particularmente entre os 4 e os 9 anos.

A escala é composta por 16 itens, organizados em duas subescalas: Satisfação parental (9 itens) e Eficácia parental (7 itens). Originalmente, a PSOC incluía 17 itens, mas o item 17 foi eliminado por apresentar saturações fatoriais inferiores a .40 em ambos os fatores (Johnston & Mash, 1989).

Os itens avaliam percepções dos pais sobre aspetos como a experiência parental, a capacidade e interesse no desempenho da função, o grau de controlo, a identificação das necessidades da criança e a frustração ou ansiedade associada às exigências da parentalidade (Fontinha, 2014). Cada afirmação é respondida numa escala de tipo *Likert* de 5 pontos, variando entre “Discordo totalmente” e “Concordo totalmente”. Os itens da subescala de Satisfação são cotados de forma inversa. Em todos os casos, pontuações mais elevadas refletem maior sentido de competência parental.

A subescala de Eficácia inclui os itens 1, 6, 7, 10, 11, 13 e 15, refletindo uma dimensão instrumental, relacionada com a percepção de capacidade, resolução de problemas e eficácia no papel parental. A subescala de Satisfação integra os itens 2, 3, 4, 5, 8, 9, 12, 14 e 16, avaliando a dimensão afetiva, incluindo sentimentos de motivação, frustração ou realização pessoal. O somatório das duas subescalas permite obter um score global de percepção de competência parental (Fontinha, 2014).

No estudo original, foram reportados coeficientes alfa de $\alpha = .75$ para a subescala de Satisfação, $\alpha = .76$ para a subescala de Eficácia e $\alpha = .79$ para a escala total (Johnston & Mash, 1989). A validação portuguesa confirmou a estrutura bifatorial da escala e obteve alfas superiores a $\alpha = .70$ (Seabra-Santos et al., 2015). Pontuações mais baixas na PSOC têm sido associadas a maior prevalência de problemas de comportamento nas crianças, reforçando a relevância da percepção de competência parental para o ajustamento infantil.

Na presente amostra do Estudo 1, os coeficientes de consistência interna para os participantes divorciados/separados, foram de $\alpha = .74$ para a subescala de Eficácia, $\alpha = .75$ para a de Satisfação, e $\alpha = .84$ para o total da escala. No estudo 2, os coeficientes de consistência interna para as participantes mães divorciadas/separadas, foram de $\alpha = .70$

para a subescala de Eficácia, $\alpha = .71$ para a de Satisfação, e $\alpha = .79$ para o total da escala. E para os pais foram de $\alpha = .72$ para a subescala de Eficácia, $\alpha = .71$ para a de Satisfação, e $\alpha = .76$ para o total da escala. Estes valores são considerados aceitáveis a bons, segundo os critérios de Pestana e Gageiro (2005), que referem que valores entre $\alpha = .70$ e $\alpha = .79$ são considerados aceitáveis e valores superiores a $\alpha = .80$, bons.

Questionário de Capacidades e Dificuldades – SDQ

O *Strengths and Difficulties Questionnaire* – Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ) foi desenvolvido por Robert Goodman em 1997 e traduzido e adaptado para a população portuguesa por Fleitlich et al. (2004). A versão portuguesa é composta por 25 itens, organizados em cinco subescalas que avaliam tanto dimensões de comportamento adequado (“capacidades”) como dificuldades comportamentais e emocionais: Comportamento pró-social, Sintomas emocionais, Problemas de conduta, Hiperatividade/deficiência de atenção e Problemas nas relações com pares. Existem versões para pais, professores/educadores e de autorrelato para adolescentes.

Neste estudo, foi utilizada apenas a versão para pais (SDQ-PR), dirigida a crianças com idades entre os 4 e os 16 anos. Para efeitos da presente investigação, considerou-se exclusivamente a subescala de comportamento pró-social, composta por cinco itens: 1, 4, 9, 17 e 20, que avaliam comportamentos como: ajudar, partilhar, consolar e mostrar empatia. Os itens são avaliados numa escala tipo *Likert* de três pontos: “Não é verdade”, “É um pouco verdade” e “É muito verdade” (Stivanin et al., 2008).

Relativamente à consistência interna do instrumento, de acordo com um estudo realizado por Goodman (2001) que teve como objetivo descrever as propriedades psicométricas do SDQ, os valores de consistência interna foram satisfatórios, designadamente na subescala Sintomas Emocionais ($\alpha = 0.67$), Problemas de Comportamento ($\alpha = 0.63$), Hiperatividade ($\alpha = 0.77$), Problemas de Relacionamento com os colegas ($\alpha = 0.57$), Comportamento Pró – Social ($\alpha = 0.65$) e Total de Dificuldades ($\alpha = 0.82$) (Stivanin et al., 2008).

Na versão original, a subescala de comportamento pró-social apresentou um coeficiente de consistência interna de $\alpha = .66$ (Goodman, 1997). Na presente amostra do estudo 1, os coeficientes de alfa de Cronbach obtidos para esta subescala foram: $\alpha = .69$ para a amostra de participantes divorciados/separados e para a amostra do estudo dois, para as mães os coeficientes de alfa de Cronbach obtidos para esta subescala foram: $\alpha = .54$ e para os pais de $\alpha = .58$.

2.2.4 Análise Estatística

Como anteriormente referido, a análise estatística foi realizada com recurso ao programa *IBM SPSS Statistics* (versão 30).

A caracterização das amostras foi realizada com recurso a estatísticas descritivas, incluindo frequências, percentagens, médias (*M*) e desvios padrão (*DP*), de forma a descrever as variáveis sociodemográficas e as principais variáveis em estudo.

A consistência interna dos instrumentos foi avaliada através do alfa de Cronbach, tanto para o total da escala PSOC, como para as suas subescalas de eficácia parental e satisfação parental. Adicionalmente, foi também calculado o alfa de Cronbach para a subescala de comportamento pró-social da SDQ.

No Estudo 1, foram realizadas diversas análises estatísticas com o objetivo de investigar o impacto de variáveis sociodemográficas dos pais e das mães (idade, escolaridade, nível socioeconómico, número de filhos) e das crianças (idade, sexo, existência de irmãos e posição na fratria) na perceção de competência parental e no comportamento pró-social dos filhos. Neste sentido, para variáveis categóricas com mais de dois grupos aplicaram-se ANOVAs unifatoriais, complementadas com testes post-hoc quando necessário. E para variáveis dicotómicas recorreram-se a Testes t de *Student* para Amostras Independentes, acompanhados do cálculo do *d* de Cohen, cujos valores foram interpretados de acordo com Cohen (1988): .20 = pequena; .50 = média; .80 = grande. Para analisar a associação entre o sentido de competência parental e o comportamento pró-social dos filhos, utilizaram-se correlações de Pearson, interpretadas segundo as diretrizes de Cohen (1988): .10 = fraca; .30 = moderada; .50 = forte. Devido ao baixo número de participantes nas categorias 'baixo' (n=9) e 'médio-alto' (n=9), optou-se por agrupar os níveis socioeconómicos em duas categorias: médio-baixo (junção das categorias 'baixo' e 'médio-baixo'), e médio-alto (junção das categorias 'médio' e 'médio-alto'). Esta decisão permitiu aumentar a robustez estatística das análises comparativas.

No Estudo 2, com o objetivo de avaliar diferenças entre mães e pais na perceção da sua própria competência parental e na perceção do comportamento pró-social dos filhos, recorreu-se a estatística não paramétrica para amostras emparelhadas, através do Teste de Wilcoxon. Para analisar o grau de associação entre as perspetivas de mães e pais relativamente ao sentido de competência parental e ao comportamento pró-social das crianças, e calcularam-se correlações de *Spearman*, cujos valores foram interpretados segundo Cohen (1988): .10 = fraca; .30 = moderada; .50 = forte.

2.3 Resultados

Os resultados serão reportados tendo por base os objetivos anteriormente apresentados. Perante o exposto, num primeiro ponto serão apresentados os resultados que dizem respeito ao Estudo 1 e posteriormente ao Estudo 2.

Estudo 1

Sentido de competência parental em função das características sociodemográficas dos pais (idade, escolaridade, nível socioeconómico, nº de filhos)

Tal como se observa na Tabela 5, verificaram-se diferenças estatisticamente significativas no sentido de competência parental em função da idade dos pais. Os pais mais jovens (21–31 anos) apresentaram níveis mais elevados de competência parental total, $F(2, 119) = 4.24; p = .017, (M = 4.09; DP = 0.44)$, eficácia parental, $F(2, 119) = 4.03; p = .020, (M = 4.28; DP = 0.45)$, e satisfação parental, $F(2, 119) = 3.29; p = .041, (M = 3.94; DP = 0.53)$, comparativamente aos pais mais velhos (43–53 anos; PSOC Total: $M = 3.81; DP = 0.73$; Eficácia: $M = 3.97; DP = 0.72$; Satisfação: $M = 3.68; DP = 0.77$).

Relativamente à escolaridade, apenas a dimensão eficácia parental apresentou diferenças significativas ($F(2, 120) = 3.87; p = .024$), sendo mais elevada nos pais com ensino básico ($M = 4.28; DP = 0.59$) do que nos pais com ensino superior ($M = 3.88; DP = 0.55$).

Quanto ao número de filhos, encontraram-se diferenças significativas no PSOC total ($F(3, 119) = 2.88; p = .039$) e na eficácia parental ($F(3, 119) = 3.23; p = .025$). Pais com dois filhos apresentaram níveis mais elevados de competência parental ($M = 3.90; DP = 0.56$) e de eficácia parental ($M = 4.05; DP = 0.52$), em comparação com os pais com três filhos (PSOC: $M = 3.42; DP = 0.59$; Eficácia: $M = 3.56; DP = 0.80$). Não foram encontradas diferenças significativas no sentido de competência parental em função do nível socioeconómico.

Tabela 5. Sentido de competência parental em função das características sociodemográficas dos pais (idade, escolaridade, nível socioeconômico, nº de filhos)

Sentido de competência parental (SCP)	Variável	N(=123)	M	DP	t/F	P
Total PSOC	Idade ^a					
	21-31	23	4.09	.44	4.24*	.017
	32-42	79	3.72	.51		
43-53	20	3.81	.73			
Eficácia Parental	21-31	23	4.28	.45	4.03*	.020
	32-42	79	3.92	.52		
	43-53	20	3.97	.72		
Satisfação Parental	21-31	23	3.94	.53	3.29*	.041
	32-42	79	3.56	.60		
	43-53	20	3.68	.77		
Total PSOC	Escolaridade				2.21	.115
	Ensino Básico	19	4.02	.60		
	Ensino Secundário/ Profissional	47	3.82	.52		
Eficácia Parental	Ensino Superior	57	3.72	.55	3.87*	.024
	Ensino Básico	19	4.28	.59		
	Ensino Secundário/ Profissional	47	4.02	.51		
Satisfação Parental	Ensino Superior	57	3.88	.55	0.93	.396
	Ensino Básico	19	3.82	.66		
	Ensino Secundário/ Profissional	47	3.67	.63		
Total PSOC	Nível Socioeconômico ^b				-0.03	.974
	Médio-Baixo	42	3.80	.64		
	Médio-Alto	80	3.81	.51		
Eficácia Parental	Médio-Baixo	42	3.97	.68	-0.37	.712
	Médio-Alto	80	4.01	.49		
Satisfação Parental	Médio-Baixo	42	3.68	.71	0.20	.839
	Médio-Alto	80	3.65	.60		
PSOC	Nº de filhos				2.88*	.039
	1 filho	50	3.79	.50		
	2 filhos	56	3.90	.56		
	3 filhos	13	3.42	.59		
Eficácia Parental	4 ou mais filhos	4	3.91	.42	3.23*	.025
	1 filho	50	4.04	.49		
	2 filhos	56	4.05	.52		
	3 filhos	13	3.56	.80		
Satisfação Parental	4 ou mais filhos	4	4.18	.39	2.31	.080
	1 filho	50	3.60	.57		
	2 filhos	56	3.79	.69		
	3 filhos	13	3.31	.49		
	4 ou mais filhos	4	3.69	.50		

a) b)1 valor omissão; *p < .05 **p < .001

Sentido de competência parental em função das características sociodemográficas dos filhos (idade; sexo; posição na fratria)

Tal como se observa na Tabela 6, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas no sentido de competência parental em função da idade da criança, sexo ou posição na fratria.

Tabela 6. Diferenças nos resultados PSOC Total, Eficácia e satisfação parental: (idade; sexo; posição na fratria) - crianças

Sentido de Competência parental (SCP)	Variável	N(=123)	M	DP	t/F	P
Total PSOC	Idade					
	3-4	67	3.86	.47	1.13	.268
	5-7	39	3.80	.63		
8-10	17	3.62	.64			
Eficácia Parental	3-4	67	4.02	.45	.41	.662
	5-7	39	4.01	.67		
	8-10	17	3.88	.66		
Satisfação Parental	3-4	67	3.74	.58	1.19	.152
	5-7	39	3.63	.66		
	8-10	17	3.41	.71		
Total PSOC	Sexo ^a					
	Masculino	60	3.78	.60	-.51	.609
Eficácia Parental	Feminino	62	3.83	.51		
	Satisfação Parental	Masculino	60	3.99	.58	-.23
Feminino		62	4.01	.54		
Total PSOC	Posição na fratria ^b					
	Mais velho	12	3.68	.50	-.53	.716
	Do meio	3	3.50	.27		
	Mais novo	51	3.85	.61		
	Gêmeo	7	3.90	.61		
Eficácia Parental	Mais velho	12	3.93	.50		
Satisfação Parental	Do meio	3	3.81	.16		
	Mais novo	51	3.99	.62		
	Gêmeo	7	3.89	.73		
Total PSOC	Mais velho	12	3.49	.65	1.10	.360
	Do meio	3	3.26	.36		
	Mais novo	51	3.74	.69		
	Gêmeo	7	3.91	.57		

a)1 valor omissio; b) não são contabilizados os 50 filhos únicos; *p < .05 **p < .001

Comportamento pró-social em função das características sociodemográficas dos pais (idade, escolaridade, nível socioeconómico, nº de filhos)

Tal como se pode observar na Tabela 7, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas na perceção que os pais têm em relação ao comportamento pró-social das crianças em função da idade, escolaridade, nível socioeconómico dos pais ou número de filhos.

Tabela 7. *Comportamento pró-social em função das características sociodemográficas dos pais (idade, escolaridade, nível socioeconômico, nº de filhos)*

Comportamento Pró-Social	Variável	N(=123)	M	DP	t/F	p
Comportamento Pró-Social	Idade ^a					
	21-31	23	1.69	0.40	1.36	0.260
	32-42	79	1.64	0.36		
	43-53	20	1.78	0.22		
Comportamento Pró-Social	Escolaridade					
	Ensino Básico	19	1.76	0.22	1.03	0.360
	Ensino Secundário/ Profissional	47	1.63	0.38		
	Ensino Superior	57	1.68	0.35		
Comportamento Pró-Social	Nível Socioeconômico ^b					
	Médio-Baixo	42	1.66	0.36	-0.42	0.677
	Médio-Alto	80	1.69	0.34		
Comportamento Pró-Social	Nº de filhos					
	1 filho	50	1.66	0.39	0.05	0.987
	2 filhos	56	1.69	0.32		
	3 filhos	13	1.66	0.39		
	4 ou mais filhos	4	1.65	0.10		

a) b)1 valor omissos; *p < .05 **p < .001

Comportamento pró-social em função das características sociodemográficas das crianças (sexo, idade, posição na fratria)

Tal como se observa na Tabela 8, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas no comportamento pró-social das crianças em função da idade, sexo ou posição na fratria.

Tabela 8. *Comportamento pró-social em função das características da criança (sexo, idade, posição na fratria)*

Comportamento Pró-social	Variável	N(=123)	M	DP	t/F	p
Comportamento Pró-Social	Idade					
	3-4	67	1.70	0.31	1.18	0.310
	5-7	39	1.69	0.33		
	8-10	17	1.55	0.49		
Comportamento Pró-Social	Sexo ^a					
	Masculino	60	1.68	0.37	0.35	0.729
	Feminino	62	1.66	0.33		
Comportamento Pró-Social	Posição na fratria ^b					
	Mais velho	12	1.67	0.25	0.76	0.557
	Do meio	3	1.47	0.42		
	Mais novo	51	1.67	0.34		
	Gêmeo	7	1.86	0.19		

a)1 valor omissos; b) não são contabilizados os 50 filhos únicos; *p < .05 **p < .001

Associação entre o Sentido de competência parental e o Comportamento pró-social dos filhos

Tal como se apresenta na Tabela 9, relativamente ao comportamento pró-social das crianças (SDQ), verificaram-se correlações positivas e significativas com as perceções parentais de competência: PSOC total ($r = .325, p < .01$), eficácia parental ($r = .329, p <$

.01) e satisfação parental ($r = .280, p < .01$). De acordo com os critérios de Cohen (1988), estes valores correspondem a correlações de magnitude moderada, sendo ligeiramente inferior no caso da satisfação parental. Estes resultados sugerem que níveis mais elevados de competência parental percebida se associam a níveis mais elevados de comportamento pró-social nas crianças.

Tabela 9. Correlações de Pearson entre o Sentido de Competência Parental e o Comportamento Pró-social das Crianças

	Comportamento pró-social (SDQ)
Total_PSOC	.325**
Eficácia	.329**
Satisfação	.280**

Correlações de Pearson * $p < .05$ ** $p < .001$.

Estudo 2

No Estudo 2 procurou-se comparar a percepção dos pais e das mães quanto à competência parental e ao comportamento pró-social dos filhos, bem como explorar se as perspectivas de ambos os progenitores se encontram associadas. Esta análise permite aprofundar a compreensão das eventuais discrepâncias ou concordâncias entre mães e pais relativamente ao seu papel parental e às características socioemocionais das crianças.

Análise descritiva dos itens: Competência Parental e comportamento pró-social

A fim de apresentar os resultados descritivos relativos às percepções de competência parental das mães, analisaram-se as médias, desvios-padrão e a distribuição de respostas por item da escala.

No que diz respeito às mães, e tendo em conta a Eficácia Parental observou-se que o item com média mais elevada ($M = 5.00; DP = .00$) foi o SCP15 “*Se ao menos ser mãe/pai fosse mais interessante, eu estaria mais motivada/o para fazer um bom trabalho nessa função*”, traduzindo-se na totalidade de mães a responder “Discordo totalmente” (100%). O segundo item com a média mais elevada foi o SCP11 “*Se existe alguém que consegue compreender o que é que perturba o/a meu/minha filha, essa pessoa sou eu.*” ($M = 4.40; DP = .94$), verificando-se que a maioria das mães respondeu entre “Concordo” (30%) e “Concordo totalmente” (60%). Esta tendência indica uma percepção positiva de eficácia parental, sugerindo que as mães se sentem capazes de compreender as necessidades e dificuldades dos seus filhos. O SCPO6 “*Eu daria um excelente modelo a seguir por uma nova mãe (um novo pai), para que pudesse aprender o que é necessário para ser uma boa mãe (um bom pai).*” registou a média mais baixa

entre os itens invertidos ($M = 3.30$; $DP = 1.26$), refletindo maior dispersão das respostas, com igual percentagem de respostas (15%) nos extremos da escala (“Concordo e Discordo plenamente”).

No que respeita à Satisfação Parental, o item com a média mais elevada ($M = 5.00$; $DP = .00$) foi o SCP14 “*Os meus talentos e interesses estão noutras áreas – não em ser mãe/pai*”, com 100% das mães a responderem “Discordo totalmente”. O item SCP16 “*Honestamente, acredito que tenho todas as capacidades necessárias para ser uma boa mãe (um bom pai)*” foi o que obteve a segundo com a média mais elevada ($M = 4,55$; $DP = 1,09$), refletindo que a grande maioria das mães (80%) respondeu no valor máximo. No sentido oposto, o SCP9 “*Um problema difícil quando se é mãe/pai, é não sabermos se estamos a fazer um bom ou um mau trabalho*”, foi o item com a média mais baixa ($M = 2.00$; $DP = .97$), sendo o único item em que uma parte expressiva das mães assinalou valores altos (35% “Concordo plenamente” e 40% “Concordo”), o que traduz menor satisfação associada a este item em particular.

Tabela 10. Análise de médias e frequência em cada respostas nas subescalas Eficácia e satisfação parental, total PSOC (perspetiva materna)

		Mães (n=20)						
Itens		M	DP	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Não tenho certeza (%)	Discordo (%)	Discordo Totalmente (%)
Eficácia Parental	1-Facilidade em resolver problemas da criança*	4.10	.91	35	50	5	10	--
	6-Confiança em ser um bom modelo para novos pais*	3.30	1.26	15	35	30	5	15
	7-Não ser grande coisa como mãe/pai	4.35	.81	--	5	5	40	50
	10-Ser bom como sempre quis ser*	3.70	.98	15	55	20	5	5
	11-Ser capaz de compreender o filho*	4.40	.94	60	30	--	10	--
	13-Estar familiarizado com o papel de mãe/pai*	4.25	.79	40	50	5	5	--
	15-Falta de interesse e motivação na parentalidade	5.00	.00	--	--	--	--	100
Satisfação parental	2- Frustração com a fase atual da idade do filho	4.05	1.10	--	15	10	30	45
	3-Sensação de ser manipulado em vez de controlar a situação	3.40	1.23	5	25	15	35	20
	4-Confiança em lidar facilmente com os problemas parentais*	4.20	.62	30	60	10	--	--
	5- Ansiedade no papel de pai/mãe	3.85	1.14	--	20	10	35	35
	8-Próprios pais mais bem preparados	3.70	.92	5	30	--	50	15
	9- Incerteza sobre estar a fazer um bom ou mau trabalho	2.00	.97	35	40	15	10	--
	12- Não conseguir nada	3.95	1.23	--	25	--	30	45
	14- Interesses noutra área	5.00	.00	--	--	--	--	100
	16-Capacidade para ser um bom pai/mãe*	4.55	1.09	80	10	--	5	5
Psoc	3.98	.46						
Total								

*itens invertidos

A análise das respostas dos pais permitiu observar, em geral, maior dispersão de respostas tanto nos itens da eficácia como da satisfação. Em termos de eficácia parental é, igualmente, o item SCP15 que apresenta a média mais elevada ($M = 4.55$; $DP = 1.09$), sendo também o mais consensual: 90% dos pais assinalaram as opções “Discordo” ou “Discordo totalmente”. O segundo item com a média mais elevada foi o SCP01 “Os problemas relacionados com o cuidar de uma criança são fáceis de resolver, a partir do momento em que sabemos, tal como eu já sei, de que modo é que as nossas ações afetam a criança.” ($M = 4.20$; $DP = 1.01$), revelando, comparativamente às mães uma maior percentagem de respostas (50%) na opção “Concordo completamente”.

Em contraste, mas à semelhança das mães, o item SCP06 “foi o que apresentou a média mais baixa ($M = 3.00$; $DP = 0.97$), revelando maior dispersão entre categorias de resposta, já que 40% assinalaram a opção “Não tenho certeza” e 35% escolheram “Concordo”.

A análise da Satisfação Parental na perspetiva dos pais revela que o item com a média mais elevada foi, à semelhança das mães, o SCP14 ($M = 4.30$; $DP = 1.13$). No entanto, contrariamente às mães, em que todas as respostas de concentraram na opção “discordo totalmente”, observou-se nos pais diversidade nas respostas (todos os níveis da escala de resposta, embora a maioria (60%) tenha também respondido “Discordo totalmente”). O item SCP16 foi o segundo com a média mais elevada ($M = 4.25$; $DP = 1.07$), sendo que 55% dos pais pontuaram “Concordo plenamente”. Embora este tenha sido igualmente o segundo item mais fortemente pontuado pelas mães, observa-se também aqui um padrão distinto de respostas, com maior dispersão nas respostas paternas, nomeadamente entre as opções “Concordo plenamente”, “Concordo”, “Não tenho a certeza” e “Discordo totalmente”.

Também à semelhança das mães, o item com a média mais baixa foi o SCP9 ($M = 2.40$; $DP = 1.05$). No entanto, enquanto nas mães as respostas se concentraram sobretudo nas opções “Concordo” e “Concordo plenamente”, nos pais distribuíram-se sobretudo pelas opções “Concordo”, “Não tenho certeza” e “Concordo plenamente”).

Tabela 11. Análise de médias e frequência em cada respostas nas subescalas Eficácia e satisfação parental, total PSOC (perspetiva paterna)

		Pais (n=20)						
Itens	M	DP	Concordo plenamente (%)	Concordo (%)	Não tenho certeza (%)	Discordo (%)	Discordo Totalmente (%)	
Eficácia Parental	1-Facilidade em resolver problemas da criança*	4.20	1.01	50	30	10	10	--
	6-Confiança em ser um bom modelo para novos pais*	3.00	.97	--	35	40	15	10
	7-Não ser grande coisa como mãe/pai	3.85	1.18	--	20	15	25	40
	10-Ser bom como sempre quis ser*	3.40	.99	5	55	20	15	5
	11-Ser capaz de compreender o filho*	4.05	.89	35	40	20	5	--
	13-Estar familiarizado com o papel de mãe/pai*	3.95	1.19	40	35	10	10	5
15-Falta de interesse e motivação na parentalidade	4.55	1.09	5	5	--	10	80	
Satisfação parental	2- Frustração com a fase atual da idade do filho	4.15	1.09	--	15	5	30	50
	3-Sensação de ser manipulado em vez de controlar a situação	3.50	1.24	5	20	20	30	25
	4-Confiança em lidar facilmente com os problemas parentais*	4.15	.59	25	65	10	--	--
	5- Ansiedade no papel de pai/mãe	3.60	1.31	5	25	5	35	30
	8-Próprios pais mais bem preparados	3.55	1.09	5	15	15	50	15
	9- Incerteza sobre estar a fazer um bom ou mau trabalho	2.40	1.05	15	50	20	10	5
	12- Não conseguir nada	3.45	1.19	5	25	5	50	15
	14- Interesses noutra área	4.30	1.13	5	5	5	25	60
	16-Capacidade para ser um bom pai/mãe*	4.25	1.07	55	25	15	--	5
Psoc	3.77	.468						
Total								

*itens invertidos

Para analisar as percepções das mães relativamente ao comportamento pró-social dos filhos, foram examinados os cinco itens da subescala do SDQ. De um modo geral, as respostas concentram-se na sua grande maioria na opção “é muito verdade”, traduzindo uma avaliação positiva do comportamento social dos filhos.

O item 17 “É simpático/a e amável” destacou-se como tendo a média mais elevada, com 90% das mães a considerá-lo “muito verdade” ($M = 1.90$; $DP = 0.31$). De igual modo, o item 1 “É sensível aos outros” foi amplamente reconhecido (85% muito verdade; $M = 1.85$; $DP = 0.37$). Já o item 4 “partilha facilmente” foi o que teve a média mais baixa ($M = 1.20$; $DP = 0.62$, com 60% das mães a responderem é um pouco verdade), revelando maior variabilidade de percepções (Tabela 12).

Tabela 12. *Análise de médias e frequência em cada respostas no questionário SDQ - itens do comportamento pró-social (perspetiva materna)*

Itens	M	DP	Mães (n=20)		
			“Não é verdade” (%)	“É um pouco verdade” (%)	“É muito verdade” (%)
Comportamento Pró-social					
SDQ1 - É sensível aos outros...	1.85	.37	--	15	85
SDQ4 - Partilha facilmente...	1.20	.62	10	60	30
SDQ9 - Gosta de ajudar...	1.75	.55	5	15	80
SDQ17 - É simpático/a e amável...	1.90	.31	--	10	90
SDQ20 - Sempre pronto/a ajudar...	1.65	.59	5	25	70

No que diz respeito aos pais, e à semelhança das mães, observaram-se elevadas percentagens na resposta “é muito verdade”, refletindo percepções positivas do comportamento social dos filhos.

Os itens 17 e 1 obtiveram a média mais elevada ($M = 1.90$; $DP = 0.31$), ambos com 90% dos pais a assinalar “é muito verdade”, revelando reduzida dispersão das respostas.

Tal como no caso das mães, o item 4 apresentou a média mais baixa ($M = 1.25$; $DP = 0.72$) e maior variabilidade de respostas, com uma representação mais elevada na categoria “é um pouco verdade” (45%) ou “é muito verdade” (40%), registando-se, contudo, 15% em “não é verdade” (Tabela 13).

Tabela 13. Análise de médias e frequência em cada respostas no questionário SDQ - itens do comportamento pró-social (perspetiva paterna)

Itens	M	DP	Pais (n=20)		
			“Não é verdade” (%)	“É um pouco verdade” (%)	“É muito verdade” (%)
Comportamento Pró-social					
SDQ1 - É sensível aos outros...	1.90	.31	--	10	90
SDQ4 - Partilha facilmente...	1.25	.72	15	45	40
SDQ9 - Gosta de ajudar...	1.70	.57	5	20	75
SDQ17 - É simpático/a e amável...	1.90	.31	--	10	90
SDQ20 - Sempre pronto/a ajudar...	1.75	.55	5	15	80

Competência parental e Comportamento pró-social: diferenças entre pais e mães divorciados/separados

A análise descritiva dos itens permitiu verificar que, em geral, as mães apresentam médias mais altas em praticamente todos os itens da Eficácia parental (exceto item SCP1) e na maioria dos itens da Satisfação parental (exceto itens SCP2, SCP3 e SCP9). Também ao nível da escala total (PSOC Total), bem como das suas subescalas (Eficácia e Satisfação), as mães apresentaram médias mais elevadas. No entanto, essas diferenças não alcançaram significância estatística.

Tabela 14. Competência Parental: diferenças entre médias (mães e pais)

Subescalas	Mães (n=20)		Pais (n=20)		Z	p
	M	DP	M	DP		
Psoc Total	3.98	.46	3.77	.47	-1.85	.064
Eficácia Parental	4.16	.53	3.86	.54	-1.86	.063
Satisfação Parental	3.86	.50	3.71	.54	-1.36	.175

No que diz respeito à percepção do comportamento social dos filhos, a análise descritiva dos itens permitiu observar que, na maioria dos itens, os pais apresentam médias superiores (SDQ1, SDQ4 e SDQ20) às mães. Também no conjunto dos itens que formam a subescala do Comportamento Pró-social, os pais apresentam uma média superior ($M = 8.50$; $DP = 1.57$) em comparação às mães ($M = 8.35$; $DP = 1.31$). No entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas ($Z = -.543$; $p = .587$) (Tabela 15).

Tabela 15. *Comportamento Pró-social: Diferenças entre médias (classificações materna e paterna)*

Subescala SDQ	Mães (n=20)		Pais (n=20)		Z	p
	M	DP	M	DP		
Comportamento pró-social	8.35	1.31	8.50	1.57	-0.543	.587

Competência parental e comportamento pro-social: associação interparental

Para analisar o grau de associação interparental relativamente à competência parental (eficácia e satisfação), recorreu-se a correlações de Spearman. Verificou-se uma correlação positiva e significativa entre mães e pais no total do PSOC ($\rho = .459, p < .05$). Especificamente, observou-se uma correlação muito forte entre as percepções maternas e paternas de eficácia parental ($\rho = .874, p < .001$) e uma correlação moderada na satisfação parental ($\rho = .538, p < .05$) (Tabela 16).

Tabela 16. *Correlações entre as percepções de Competência Parental das mães e dos pais*

	Mães (n=20)	Pais (n=20)	
		Psoc total	Eficácia parental
Psoc total	.459*	--	--
Eficácia parental	--	.874**	--
Satisfação parental	--	--	.538*

*p < .05; **p < .001

Para analisar o grau de associação interparental relativamente ao comportamento pró-social das crianças, foi realizada uma correlação de Spearman entre as percepções das mães e dos pais. Os resultados revelaram uma correlação significativa, positiva e moderada ($\rho = .472, p < .05$), sugerindo consistência entre as percepções materna e paterna (Tabela 17).

Tabela 17. *Correlações entre as percepções do comportamento pró-social das mães e dos pais*

Mães (n=20)	Pais (n=20)
	SDQ – Comportamento pró-social
SDQ – Comportamento pró-social	.472*

*p < .05

2.4 Discussão

O presente estudo analisou o sentido de competência parental de pais e mães separados/divorciados, bem como a percepção do comportamento pró-social dos filhos. Num primeiro momento (Estudo 1), foi analisado o impacto de variáveis sociodemográficas dos pais e dos filhos no sentido de competência parental e no comportamento pró-social das crianças, assim como a relação entre estas duas variáveis. Num segundo momento (Estudo 2), realizou-se uma análise comparativa entre ex-cônjuges no que respeita às variáveis em estudo.

No Estudo 1, foi analisada uma amostra de pais e mães divorciados/separados com filhos entre os 3 e os 10 anos, composta, na sua maioria, por mães, refletindo uma realidade habitual na investigação em contexto infantil. De facto, a literatura tem mostrado que as mães surgem mais frequentemente representadas e envolvidas em investigações e intervenções parentais, participando em maior número e com maior assiduidade do que os pais (McKee et al., 2020).

Respondendo ao primeiro objetivo do estudo, e quando analisado o impacto de variáveis sociodemográficas no sentido de competência parental, os resultados revelaram que progenitores mais jovens (21–31 anos) reportaram níveis mais elevados de competência parental total, eficácia e satisfação, comparativamente aos progenitores com mais idade (43–53 anos), contrastando com estudos que defendem que a maturidade reforça este sentimento (Sevigny & Loutzenhiser, 2010). Branco (2025), embora tenha estudado mães de crianças portuguesas em idade pré-escolar, mas não especificamente em famílias divorciadas, também encontrou que as mães mais jovens reportam mais satisfação e competência parental, o que reforça a relevância da idade como variável diferenciadora. Uma explicação possível é que os pais/mães em fases iniciais do ciclo vital familiar experienciem maior entusiasmo e confiança no exercício parental (Borges, 2017).

Em relação à escolaridade, verificou-se que a eficácia parental foi mais elevada nos pais com ensino básico do que nos com ensino superior, eventualmente por estes valorizarem mais competências práticas ou apresentarem expectativas mais ajustadas ao papel parental (Coleman & Karraker, 2000). No entanto, num estudo também realizado em Portugal, Roque (2013) identificou correlações significativas entre o número de anos de escolaridade das mães e o sentido de competência parental: positiva no caso da satisfação (maior escolaridade associada a níveis superiores de satisfação), mas negativa no caso da eficácia (maior escolaridade relacionada com níveis mais baixos de eficácia percebida). Estes resultados sugerem que a escolaridade pode ter efeitos distintos sobre diferentes dimensões do SCP, reforçando a necessidade de considerar separadamente satisfação e eficácia na análise da parentalidade.

Quanto ao número de filhos, pais com dois filhos revelaram maior competência e eficácia parental do que aqueles com três ou mais, sugerindo que a sobrecarga parental pode reduzir a percepção de eficácia e satisfação (Sanders & Woolley, 2005; Seigny & Loutzenhiser, 2010). Não foram encontradas diferenças no sentido de competência parental em função do nível socioeconómico, contrastando com estudos que têm apontado que recursos económicos mais elevados estão associados a níveis superiores de autoeficácia parental, enquanto em contextos de maior vulnerabilidade se pode observar aumento de stress e diminuição da percepção de competência (Coleman & Karraker, 1998). Esta ausência de diferenças pode refletir a opção metodológica de agrupar os níveis socioeconómicos, mas também é sublinhada pela literatura que aponta para a maior relevância de fatores relacionais (e.g., suporte social, coparentalidade) em detrimento de indicadores estruturais (Alarcão, 2006; Amato, 2010).

No que diz respeito às características das crianças, não se encontraram diferenças significativas em função da idade, sexo ou posição na fratria. No entanto, no contexto português, Roque (2013) encontrou diferenças ligadas à idade (maior competência parental em mães de crianças de 6 anos comparativamente a crianças com 3 anos) e à posição na fratria (maior satisfação com os primeiros filhos).

Em relação ao impacto de características sociodemográficas dos pais e da criança na percepção do comportamento pró-social, não foram encontradas quaisquer diferenças significativas. No entanto, o estudo de Carvalho et al. (2024), com crianças portuguesas em idade escolar (5–11 anos), indicou que a escolaridade dos pais pode ser um preditor de comportamento pró-social: as crianças cujos progenitores tinham níveis mais elevados de escolaridade, maior apoio da ação social escolar, menos sintomas de hiperatividade e emocionais e mais comportamentos pró-sociais apresentaram melhor desempenho académico. Por sua vez Roque (2013) observou que as raparigas tendem a ser avaliadas como mais pró-sociais do que os rapazes, e Vilhena (2022) verificou que as crianças com irmãos são percecionadas pelos pais como apresentando mais comportamentos pró-sociais do que aquelas sem irmãos. A mesma autora identificou também diferenças estatisticamente significativas em função do sexo da criança, apontando que as meninas tendem a apresentar níveis mais elevados de comportamento pró-social do que os meninos, o que se encontra em consonância com outros trabalhos (Baillargeon et al., 2011; Hosokawa & Katsura, 2021).

Atendendo ao segundo objetivo deste estudo — analisar a associação entre o sentido de competência parental e o comportamento pró-social dos filhos — os resultados revelam que pais que se percecionam como mais eficazes e satisfeitos reportam filhos mais empáticos e cooperativos. Este resultado reforça a literatura que destaca o papel das percepções parentais na promoção do ajustamento socioemocional (Fang et al., 2021;

Grusec & Hastings, 2015), sendo a eficácia particularmente ligada a comportamentos como “gostar de ajudar” ou “estar pronto a ajudar”. Em Portugal, Vilhena (2022) também concluiu que níveis mais elevados de comportamentos pró-sociais se associaram a maior satisfação e eficácia parental, nomeadamente em comportamentos como “gostar de ajudar” ou “estar pronto a ajudar”. Assim, os comportamentos pró-sociais revelam-se não só um fator promotor do ajustamento socioemocional das crianças, mas também um elemento que reforça o sentimento de eficácia e satisfação parental.

Relativamente ao Estudo 2, procurou-se explorar e comparar a perspetiva de ex-cônjuges, analisando diferenças e relações entre mães e pais relativamente à competência parental e ao comportamento pró-social dos filhos. Uma primeira análise descritiva das respostas de ambos os progenitores sugerem uma tendência semelhante ao nível do sentido de competência parental, embora, em geral, os pais tenham obtido médias mais baixas e maior variabilidade nas respostas comparativamente às mães — diferenças que não se revelaram estatisticamente significativas. Embora estes resultados contrastem com estudos que sugerem maior satisfação parental entre mães e níveis mais elevados de autoeficácia nos pais (Gilmore & Cuskelly, 2009; Ohan et al., 2000), importa considerar que o reduzido número de participantes na presente amostra pode ter limitado o poder estatístico, explicando a ausência de significância. Por sua vez, também se encontram na literatura investigações que não identificaram diferenças consistentes entre mães e pais no sentido de competência parental (Coleman & Karraker, 2008; Johnston & Mash, 1989).

No que diz respeito à perceção do comportamento pró-social, é igualmente de destacar a semelhança entre as perspetivas das mães e dos pais, com ambos a avaliarem os filhos de forma positiva, sobretudo em valores como empatia e amabilidade. Não se registaram diferenças significativas entre mães e pais na perceção que têm do comportamento pró-social dos filhos em geral, sendo apenas na avaliação da capacidade da criança partilhar facilmente com outras que se observou maior divergência e dispersão nas respostas. Assim, em consonância com o estudo de Major et al. (2022), os resultados do nosso estudo sugerem que as perceções das competências sociais dos filhos, quer por parte das mães quer dos pais, tendem a ser mais semelhantes do que diferentes, mesmo em contextos de divórcio/separação.

Por fim, quando analisada a relação entre as perspetivas dos progenitores, os resultados revelaram que ambas se associam positivamente, com particular destaque para a eficácia parental. Tal sugere que, mesmo após a separação, pode existir concordância interparental, sobretudo em dimensões mais objetivas e ligadas ao desempenho (Bandura, 1997; Coleman & Karraker, 2008). A satisfação parental, por ser mais dependente de fatores emocionais e contextuais, mostrou menor convergência, o que é consistente com a

literatura que aponta para vivências distintas entre cuidadores após o divórcio/separação (Becher et al., 2022; Lamela & Figueiredo, 2013).

Relativamente ao comportamento pró-social, também se verificou uma correlação positiva e moderada entre percepções maternas e paternas, sugerindo consistência na forma como ambos avaliam os comportamentos sociais dos filhos. Este resultado ganha robustez quando articulado com o estudo de Major et al. (2022), no qual foi revelado que mães e pais mostraram níveis de concordância baixa a moderada na forma como avaliam as competências sociais dos filhos. Cunha, Alves e Major (2025) evidenciaram que um funcionamento familiar pobre compromete os comportamentos pró-sociais das crianças, sendo este efeito mediado pelo conflito coparental. A convergência encontrada na presente investigação pode ser interpretada como reflexo de menor conflito coparental, mesmo em casais divorciados, funcionando como fator protetor no desenvolvimento socioemocional infantil.

Em suma, o nosso estudo reforça a ideia de que a competência parental percebida se relaciona positivamente com o comportamento pró-social das crianças, independentemente de determinadas características sociodemográficas, e que, mesmo em contextos de divórcio/separação, mães e pais podem partilhar percepções semelhantes sobre o seu papel parental e sobre os respetivos filhos. Estes dados sublinham a parentalidade pós-divórcio como um processo dinâmico, no qual, apesar das dificuldades, pode e deve existir estabilidade e convergência, com impacto protetor no ajustamento socioemocional da criança.

2.5 Conclusão

O presente trabalho pretendeu contribuir para a compreensão da percepção de competência parental e do comportamento pró-social em crianças de famílias que vivenciaram a separação ou divórcio.

Foram realizados dois estudos complementares. O Estudo 1 evidenciou que pais mais jovens e com dois filhos tendem a perceber maior competência parental, enquanto a sobrecarga associada a três filhos ou mais filhos parece reduzir essa percepção. Verificou-se ainda que a competência parental, tanto ao nível da eficácia como da satisfação, se associa positivamente ao comportamento pró-social das crianças, sublinhando a importância das crenças parentais no ajustamento socioemocional infantil. Tendo em conta a escassez de investigações que incluem a perspetiva de ambos os pais, o Estudo 2 representou um contributo importante para o estudo da parentalidade pós-divórcio, ao analisar numa ótica comparativa as variáveis em estudo. Não foram evidentes diferenças significativas entre mães e pais, destacando-se um elevado grau de acordo interparental,

em especial na eficácia parental. Este dado sugere que, mesmo após a rutura conjugal, pode prevalecer uma base de convergência parental. Importa referir que alguns resultados contrariam parcialmente determinados achados da literatura internacional, nomeadamente, quanto ao sexo da criança e ao nível socioeconómico, o que torna pertinente reforçar a necessidade de considerar especificidades culturais e contextuais em futuras investigações.

Não obstante a pertinência dos resultados obtidos, neste trabalho apresenta limitações que importa reconhecer. Em primeiro lugar, a amostra do estudo 1, de dimensão reduzida e maioritariamente composta por mães, com elevado nível de escolaridade e recolhida em zonas específicas do país, impede a representatividade. Assim, em estudos futuros, seria relevante estudar amostras mais diversificadas e com maior representação paterna. Neste estudo, não foi possível recolher dados sobre o divórcio (e.g. tempo, regime de residência) pelo que seria importante incluir, em estudos futuros, estas dimensões na análise dos resultados. Também o reduzido número de pais que integraram o Estudo 2 não permitiu avançar com outras análises que enriqueceriam os resultados, pelo que os seus resultados devem ser interpretados tendo em conta esta limitação. É também de referir que a natureza transversal do estudo impede de compreender a evolução das perceções parentais ao longo do tempo, e por último o uso exclusivo de medidas de autorrelato poderá ter sido influenciado pela desejabilidade social. Do ponto de vista metodológico, a utilização da versão portuguesa da *Parenting Sense of Competence Scale* (PSOC; Seabra-Santos et al., 2015) e da subescala de comportamento pró-social do *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ; Goodman, 2005) mostrou-se, a nosso ver, adequada para captar as perceções parentais. Como sugestão para futuras investigações, uma aposta em metodologias diversificadas (e.g., entrevistas, observação direta, triangulação com perceções de professores ou das próprias crianças) poderia garantir uma perspetiva mais abrangente das dinâmicas familiares. Futuras investigações deverão aprofundar de que forma os diferentes regimes de guarda podem influenciar estas perceções, permitindo identificar fatores de risco e de proteção adicionais no desenvolvimento socioemocional das crianças.

Quanto às implicações do estudo, a evidência de convergência interparental reforça a importância de incluir a perspetiva de ambos os cuidadores, tanto em termos de investigação, como em programas de intervenção, mesmo em contextos de divórcio, promovendo uma maior cooperação e reduzindo o risco de desinvestimento afetivo e comportamental por parte dos pais. De forma particular, estratégias dirigidas à parentalidade fortalecendo e envolvendo os pais poderá aumentar a sua autoeficácia e contribuir para relações parentais mais equilibradas. Neste sentido, programas internacionais como o *Divorce ATLAS* têm demonstrado eficácia em reforçar

competências parentais e em promover comportamentos pró-sociais nas crianças (Van Dijk et al., 2020; 2024). Paralelamente, intervenções centradas em práticas educativas positivas revelam-se preditores consistentes de ajustamento infantil em contextos de separação (Becher et al., 2022). Neste sentido, considera-se relevante integrar a avaliação das competências parentais em serviços de apoio familiar, escolas e tribunais de família e menores, promovendo decisões e intervenções mais adequadas às necessidades das famílias e em prol do bem-estar das crianças.

Em suma, este estudo oferece um contributo relevante para a compreensão da parentalidade em contextos de separação/divórcio. Os resultados evidenciam que, mesmo perante as diversas adversidades, mães e pais podem manter e partilhar perceções semelhantes sobre as suas competências e sobre os comportamentos pró-sociais dos filhos, constituindo uma base de estabilidade essencial ao desenvolvimento socioemocional das crianças. Estes dados reforçam a pertinência de apostar em intervenções que apoiem a coparentalidade positiva e o fortalecimento das competências parentais, de modo a promover ambientes familiares mais ajustados e resilientes. Assim, a competência parental percebida torna-se um fator protetor essencial em situações de divórcio. A sua presença sustenta práticas parentais positivas que favorecem a regulação emocional, a empatia e a capacidade da criança se envolver em interações sociais construtivas. Investir na promoção desta competência, através do reforço das capacidades parentais e da qualidade da coparentalidade, constitui uma estratégia central para garantir o bem-estar emocional e social das crianças em contextos de transição familiar (Morris et al., 2007; Zhou et al., 2008).

Bibliografia

- Alarcão, M. (2006). *[Des]Equilíbrios familiares*. Almedina.
- Albanese, A. M., Russo, G. R., & Geller, P. A. (2019). The role of parental self-efficacy in parent and child well-being: A systematic review of associated outcomes. *Child: Care, Health and Development*, *45*(3), 333–363. <https://doi.org/10.1111/cch.12661>
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, *62*(4), 1269–1287. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x>
- Amato, P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, *72*(3), 650–666. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x>
- Amato, P. R., & Afifi, T. D. (2006). Feeling caught between parents: Adult children's relations with parents and subjective well-being. *Journal of Marriage and Family*, *68*(1), 222–235. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2006.00243.x>
- Baillargeon, R. H., Morisset, A., Keenan, K., Normand, C. L., Jeyaganth, S., Boivin, M., & Tremblay, R. E. (2011). The development of prosocial behaviors in young children: a prospective population-based cohort study. *The Journal of Genetic Psychology*, *172*(3), 221–251. <https://doi.org/10.1080/00221325.2010.533719>
- Bandura, A. (1997). *Self-Efficacy: The Exercise of Control*. New York: W. H. Freeman
- Bandy, R., & Ottoni Wilhelm, M. (2012). Family structure and income during the stages of childhood and subsequent prosocial behavior in young adulthood. *Journal of Adolescence*, *35*(4), 1023–1034. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2012.02.010>
- Bastaitis, K., Ponnet, K., & Mortelmans, D. (2012). Parenting of divorced fathers and the association with children's self-esteem. *Journal of Youth and Adolescence*, *41*(12), 1643–1656. <https://doi.org/10.1007/s10964-012-9783-6>
- Bauserman, R. (2002). Child adjustment in joint custody versus sole custody arrangements: A meta-analytic review. *Journal of Family Psychology*, *16*(1), 91–102. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.16.1.91>

- Becher, E. H., Lim, S., & McGuire, J. (2022). Divorce and predictors of child outcomes: The impact of divorce education, parenting, coparenting, and adult quality of life. *Family Science Review*, 26(2), 2–14. <https://doi.org/10.26536/KCGI5128>
- Belsky J. (1984). The determinants of parenting: a process model. *Child development*, 55(1), 83–96. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1984.tb00275.x>
- Borges, I. C. N. (2010). *Qualidade da parentalidade e bem-estar da criança* (Dissertação de Mestrado, Psicologia Pedagógica). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Bornstein, M. H. (2002). *Handbook of parenting*. Lisboa: Lawrence Erlbaum Associates. <https://doi.org/10.4324/9781410612137>
- Branco, A. P. P. (2025). *Rotinas da hora de dormir e sentido de competência parental: Um estudo com mães de crianças em idade pré-escolar* (Dissertação de mestrado). Universidade da Beira Interior.
- Cabrera, N. J., Tamis-LeMonda, C. S., Bradley, R. H., Hofferth, S., & Lamb, M. E. (2000). Fatherhood in the twenty-first century. *Child Development*, 71(1), 127–136. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00126>
- Carlo, G., Mestre, M. V., Samper, P., Tur, A., & Armenta, B. E. (2011). The longitudinal relations among dimensions of parenting styles, sympathy, prosocial moral reasoning, and prosocial behaviors. *International Journal of Behavioral Development*, 35(2), 116–124. <https://doi.org/10.1177/0165025410375921>
- Carvalho, M., Branquinho, C., Noronha, C., Moraes, B., Rodrigues, N., & Gaspar de Matos, M. (2024). Individual and sociodemographic factors associated to prosocial behaviors and academic performance in Portuguese preschool and elementary school children: Highlights from a national study after COVID-19. *Child Indicators Research*, 17(1), 289–307. <https://doi.org/10.1007/s12187-023-10086-2>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences (2nd ed.)*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (1998). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review*, 18(1), 47–85. <https://doi.org/10.1016/drev.1997.0448>

- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (2008). Parenting self-efficacy among mothers of school-age children: Conceptualization, measurement, and correlates. *Family Relations*, 49(1), 13–24. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2000.00013.x>
- Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. LivPsic
- Cui, M., & Conger, R. D. (2008). Parenting behavior as mediator and moderator of the Association Between Marital problems and adolescent maladjustment. *Journal of Research on Adolescence*, 18(2), 261–284. <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2008.00560.x>
- Cunha, A. I., Alves, M. P., & Major, S. O. (2025). Linking family functioning and child's socioemotional behaviour: The role of coparenting. *Early Child Development and Care*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1080/03004430.2025.2474662>
- Davidov, M., Knafo-Noam, A., Serbin, L., & Moss, E. (2015). The influential child: How children affect their environment and influence their own risk and resilience. *Development and Psychopathology*, 27, 947–951. <https://doi.org/10.1017/S0954579415000619>
- Dunn, J. (2002). Sibling relationships. In P. K. Smith & C. H. Hart (Eds.), *Blackwell handbook of childhood social development* (pp. 223–237). Blackwell Publishing.
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., & Spinrad, T. L. (2006). Prosocial Development. In N. Eisenberg, W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development* (6th ed., pp. 646–718). John Wiley & Sons.
- Emery, R. E. (2012). Conflicting perspectives: His and her divorce. In *Renegotiating family relationships: Divorce, child custody, and mediation* (2nd ed., pp. 1–18). Guilford Press.
- Fang, Y., Boelens, M., Windhorst, D. A., Raat, H., & van Grieken, A. (2021). Factors associated with parenting self-efficacy: A systematic review. *Journal of Advanced Nursing*, 77(6), 2641–2661. <https://doi.org/10.1111/jan.14767>
- Feinberg, M. E. (2003a). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01

- Ferraro, A. J., Petren, R. E., & Pasley, K. (2019). Patterns of parental interactions after divorce and individual well-being. *Journal of Child and Family Studies*, 28(5), 1413–1424. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01373-0>
- Ferreira, A. C. A. (2017). *Esgotamento emocional parental face a crianças com problemas de comportamento [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior Psicologia Clínica e da Saúde]*. <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstreams/e276deae-0a6d-4de5-8c66-9e0cfc53ee7e/download>
- Ferreira, B., Monteiro, L., Fernandes, C., Cardoso, J., Veríssimo, M. & Santos, A. (2015). Perceção de competência parental: Exploração de domínio geral de competência e domínios específicos de autoeficácia, numa amostra de pais e mães portuguesas. *Análise psicológica*, 2(32), 145-156.
- Ferreira, T., Cadima, J., Matias, M., Vieira, J. M., Leal, T., & Matos, P. M. (2016). Preschool children’s prosocial behavior: The role of mother–child, father–child and teacher–child relationships. *Journal of Child and Family Studies*, 25(6), 1829–1839. <https://doi.org/10.1007/s10826-016-0369-x>
- Fleitlich, B., Loureiro, M. J., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2004). *Questionário do SDQ: Versão traduzida e adaptada para a população portuguesa [SDQ questionnaire, version translated and adapted to the Portuguese population]*. <http://www.sdqinfo.org>
- Fontinha, L. (2014). *Prematuridade, desenvolvimento motor, conhecimento sobre o desenvolvimento infantil e sentimento de competência parental: Um estudo comparativo entre crianças prematuras e de termo, em idade pré-escolar. [Dissertação de Mestrado Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa]*. <http://hdl.handle.net/10400.5/7241>
- Ganong, L. H., & Coleman, M. (2016). Grandparents and stepgrandparents. In M. E. Lamb (Ed.), *Parenting and child development in “nontraditional” families* (pp. 205–230). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-7702-1_11
- Gilmore, L., & Cuskelly, M. (2009). Factor structure of the Parenting Sense of Competence Scale using a normative sample. *Child: Care, Health and Development*, 35(1), 48–55. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2008.00867.x>

- González Rodríguez, M. del M., & Triana Pérez, B. (1998). Divorcio, monoparentalidad y nuevos emparejamientos. In M. J. Rodrigo López & J. Palacios González (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 373–398). Alianza.
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A research note. In *Defining and Classifying Children in Need* (pp. 183–187). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315258324-21>
- Goodman, R. (2001). Psychometric properties of the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ). *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40(11), 1337–1345. <https://doi.org/10.1097/00004583-200111000-00015>
- Grusec, J. E., & Davidov, M. (2019). Parent socialization and children's values. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (3rd ed., Vol. 3, pp. 762–796). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429433214-22>
- Grusec, J. E., & Hastings, P. D. (Eds.). (2015). *Handbook of socialization: Theory and research* (2nd ed.). The Guilford Press.
- Grzybowski, S. C. R., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77–87. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100010>
- Hay, D. F., & Cook, K. V. (2007). The transformation of prosocial behavior from infancy to childhood. In C. A. Brownell & C. B. Kopp (Eds.), *Socioemotional development in the toddler years* (pp. 100–131). Guilford Press.
- Hosokawa, R., & Katsura, T. (2021). Maternal work–life balance and children's social adjustment: The mediating role of perceived stress and parenting practices. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(13), 1–14. <https://doi.org/10.3390/ijerph18136924>
- Instituto Nacional de Estatística. (2023). *Estatísticas do casamento e divórcio – 2023*.
- Johnston, C., & Mash, E. J. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(2), 167–175. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1802_8

- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review, 25*(3), 341–363. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2004.12.004>
- Kelly, J. B., & Emery, R. E. (2003). Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. *Family Relations, 52*(4), 352–362. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2003.00352.x>
- Kelly, J. B. (2003). Changing perspectives on children's adjustment following divorce: A view from the United States. *Childhood, 10*(2), 237–254. <https://doi.org/10.1177/0907568203010002008>
- Khodabakhshi-Koolaei, A., & Sarmadi, Y. (2023). Psychological and social consequences of divorce: Emphasis on children well-being. *Preventive Counseling, 4*(2), 1–34. <https://doi.org/10.22098/jpc.2023.12578.1162>
- Kokanović, T., & Opić, S. (2018). Prevalence of aggressive and prosocial behavior of preschool children in relation to family structure. *Croatian Journal of Education, 20*(2), 499–526. <https://doi.org/10.15516/cje.v20i0.3064>
- Krasniqi, N. (2023). The psychological effects of parental divorce on the behavior of preschool children. *Journal of Social Studies Education Research, 14*(2), 51–74.
- Lamb, M. E. (2004). Fatherhood: Connecting the threads. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (4th ed., pp. 309–313). Wiley.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: Diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 26*(1), 19–28. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100003>
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2016). Coparentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental das crianças: Uma revisão sistemática. *Jornal de Pediatria, 92*(4), 331–342. <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2015.09.011>
- Lamela, D., Figueiredo, B., Bastos, A., & Feinberg, M. (2016). Typologies of post-divorce coparenting and parental well-being, parenting quality and children's psychological adjustment. *Child Psychiatry and Human Development, 47*, 716–728. <https://doi.org/10.1007/s10578-015-0604-5>

- Leys, C., Arnal, C., Kotsou, I., Van Hecke, E., & Fossion, P. (2020). Pre-eminence of parental conflicts over parental divorce regarding the evolution of depressive and anxiety symptoms among children during adulthood. *European Journal of Trauma & Dissociation*, 4(1), 100102. <https://doi.org/10.1016/j.ejtd.2019.02.005>
- Liu, X., Wang, C., Wang, D., & Liu, W. (2024). School acceptance and support moderate the relationship between parental divorce and adolescents' prosocial behavior: A longitudinal study. *Applied Research in Quality of Life*, 19(3), 905–919. <https://doi.org/10.1007/s11482-024-10145-w>
- Major, S. de O., Seabra-Santos, M. J., & Martin, R. P. (2022). Preschoolers' social skills and behaviour problems at home: mothers and fathers' (dis)agreement. *Early Child Development and Care*, 192(1), 67–82. <https://doi.org/10.1080/03004430.2020.1737039>
- Matos, P. M., & Costa, M. E. (Eds.). (2011). *Famílias: questões de desenvolvimento e intervenção*. LivPsic.
- Marques, S. (2023). *Ajustamento ao divórcio: Funcionamento familiar, coparentalidade e responsabilidades parentais* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.uc.pt/retrieve/262834/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Tiago%20Marques.pdf>
- Mateus, T. I. S. (2016). *Relação entre os estilos e práticas parentais e saúde mental: Um estudo com a população geral* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. <http://hdl.handle.net/10400.1/9929>
- McIntosh, J., & North, C. (2003). Enduring conflict in parental separation: Pathways of impact on child development. *Journal of Family Studies*, 20(1), 63–76. <https://doi.org/10.5172/jfs.2014.20.1.63>
- McKee, K., Cabrera, N., Alonso, A., Turcios, M., & Reich, S. (2020). Determinants of fathers' and mothers' involvement in a parenting intervention. *Psychology of Men & Masculinities*. <https://doi.org/10.1037/men0000320>
- Miklósi, M., Szabó, M., & Simon, L. (2017). The role of mindfulness in the relationship between perceived parenting, early maladaptive schemata and parental sense of competence. *Mindfulness*, 8, 471-480. <https://doi.org/10.1007/s12671-016-0619-4>

- Morris, A. S., Silk, J. S., Steinberg, L., Myers, S. S., & Robinson, L. R. (2007). The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social Development, 16*(2), 361–388. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x>
- Moro, M. R. (2005). Os ingredientes da parentalidade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 8*(2), 258–273. <https://doi.org/10.1590/1415-47142005002005>
- Nóbrega, S. (2019). *Parentalidade: Um estudo exploratório das variáveis relacionadas com o risco psicossocial considerando a percepção de competência parental* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra].
- Ohan, J. L., Leung, D. W., & Johnston, C. (2000). The Parenting Sense of Competence Scale: Evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioural Science, 32*(4), 251–261. <https://doi.org/10.1037/h0087122>
- Padilla-Walker, L. M., Harper, J. M., & Jensen, A. C. (2010). Self-regulation as a mediator between sibling relationship quality and early adolescents' positive and negative outcomes. *Journal of Family Psychology, 24*(4), 419–428. <https://doi.org/10.1037/a0020387>
- Pan, B., Wang, Y., Zhao, C., Miao, J., Gong, Y., Xiao, B., & Li, Y. (2024). Co-parenting, parental competence and problem behaviours in children: Examining differential parental roles. *Humanities and Social Sciences Communications, 11*, Article 1283. <https://doi.org/10.1057/s41599-024-03774-z>
- Pestana, M., & Gageiro, J. (2005). *Análise de dados para ciências sociais* (4th ed.). Edições Sílabo.
- Prinz, R. J., & Jones, T. L. (2005). Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: A review. *Clinical Psychology Review, 25*(3), 341–363. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2004.12.004>
- Qiao, T., Wang, L., Chang, J., Huang, X., Wang, X., & Ye, P. (2024). The effect of paternal co-parenting on preschool children's problem behaviors: The chain-mediating role of maternal parenting burnout and psychological aggression. *Psychology Research and Behavior Management, 17*, 187–200. <https://doi.org/10.2147/PRBM.S451878>
- Relvas, A. P. (1996). *O ciclo vital da família: Perspectiva sistémica* (4th ed.). Edições Afrontamento.

- Relvas, A. P., & Alarcão, M. (Coords.). (2002). *Novas formas de família* (1th ed., Coleção Psicologia Clínica e Psiquiatria, nº 17). Coimbra: Quarteto Editora.
- Roque, V. S. M. (2013). *Variáveis sociodemográficas e familiares e sentido de competência parental* [Dissertação de mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra]
- Rix, R., Roman, N., & Rose, J. (2022). The contribution of divorce to parental self-efficacy and perception of parenting among divorced parents: A qualitative study. *Journal of Divorce & Remarriage*, 63(2), 87-100. <https://doi.org/10.1080/10502556.2021.1993013>
- Sanders, M. R., & Woolley, M. L. (2005). The relationship between maternal self-efficacy and parenting practices: Implications for parent training. *Child: Care, Health and Development*, 31(1), 65-73. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2005.00487.x>
- Sarmadi, Y., & Khodabakhshi-Koolae, A. (2023). Psychological and social consequences of divorce emphasis on children well-being: A systematic review. *Preventive Counseling*, 4(2), 1-34. <https://doi.org/10.22098/jpc.2023.12578.1162>
- Seabra Santos, M. J., Gaspar, M. F., Homem, T. C., Major, S. S., Pimentel, M., Antunes, N., & Roque, V. (2015). Parenting Sense of Competence Scale: Estudo psicométrico da versão portuguesa. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 97-106. <https://doi.org/10.15689/ap.2015.1401.11>
- Seabra-Santos, M. J., Gaspar, M. F., & dos Santos, M. A. (2012). Parental self-efficacy and children's behavior problems: A study with Portuguese parents. *The Spanish Journal of Psychology*, 15(1), 506-516.
- Seigny, P. R., & Loutzenhiser, L. (2010). Predictors of parenting self-efficacy in mothers and fathers of toddlers. *Child: Care, Health and Development*, 36(2), 179-189. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2009.00980.x>
- Silva, A. C. M. da. (2023). *Coparentalidade no pós-divórcio: Resultados do programa Crianças no Meio do Conflito* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <https://hdl.handle.net/10316/109026>
- Silva, A. C., Chapadeiro, C. A., & Assumpção, M. C. (2019). O exercício da parentalidade após a dissolução conjugal: Uma revisão integrativa. *Pensando Famílias*, 23(1), 105-120.

- Shelton, K. H., & Harold, G. T. (2008). Interparental conflict, negative parenting, and children's adjustment: Bridging links between parents' depression and children's psychological distress. *Journal of Family Psychology, 22*(5), 712–724. <https://doi.org/10.1037/a0013515>
- Shumow, L., & Lomax, R. (2002). Parental self-efficacy: Predictor of parenting behavior and adolescent outcomes. *Parenting: Science and Practice, 2*(2), 127–150. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0202_03
- Souza, M. C. F., Fiorini, M. C., & Crepaldi, M. A. (2020). Coparentalidade e envolvimento parental em famílias binucleares: Revisão sistemática. *Atualidades em Psicologia, 34*(129), 119–140. <https://doi.org/10.15517/ap.v34i129.35334>
- Stivanin, L., Scheuer, C. I., & Assumpção Jr, F. B. (2008). SDQ (Strengths and Difficulties Questionnaire): Identificação de características comportamentais de crianças leitoras. *Psicologia: Teoria e Prática, 10*(2), 115–124.
- Stone, L. L., Otten, R., Engels, R. C. M. E., Vermulst, A. A., & Janssens, J. M. A. M. (2010). Psychometric properties of the parent and teacher versions of the Strengths and Difficulties Questionnaire for 4- to 12-year-olds: A review. *Clinical Child and Family Psychology Review, 13*(3), 254–274. <https://doi.org/10.1007/s10567-010-0071-2>
- Thompson, R. A. (1999). Noncustodial parents. In M. E. Lamb (Ed.), *Parenting and child development in "nontraditional" families* (pp. 103–123). Lawrence Erlbaum Associates Publishers
- Tucker, C. J., Updegraff, K. A., McHale, S. M., & Crouter, A. C. (1999). Older siblings as socializers of younger siblings' empathy. *Journal of Early Adolescence, 19*(2), 176–198. <https://doi.org/10.1177/0272431699019002003>
- Valente, E. M., & Pires, O. (2022). O papel mediador da regulação emocional na relação entre a vinculação e a empatia. *Revista Portuguesa de Psicologia, 55*, 23–44.
- Van Dijk, M., Valk, I., Deković, M., & Branje, S. (2020). A meta-analysis on interparental conflict, parenting, and child adjustment in divorced families: Examining mediation using meta-analytic structural equation models. *Clinical Psychology Review, 79*, 101861. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2020.101861>
- Van Dijk, M., van Aar, J., & Klein Velderman, M. (2024). Effects of a preventive parenting program for divorced parents on children's prosocial behavior: A randomized

controlled trial of Divorce ATLAS. *Journal of Child and Family Studies*, 33, 208–222. <https://doi.org/10.1007/s10826-024-02949-1>

Veríssimo, M., Fernandes, C., Santos, A. J., Peceguina, I., Vaughn, B. E., & Bost, K. K. (2011). A relação entre a qualidade da vinculação à mãe e o desenvolvimento da competência social em crianças de idade pré-escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(2), 292-299. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000200010>

Villaluenga, F., Corcobado Romo, J., & López, M. J. R. (2010). *Parentalidad positiva y políticas locales de apoyo a las familias*. Ministerio de Sanidad y Política Social. <https://www.msbs.gob.es/ssi/familiasInfancia/docs/folletoParentalidad.pdf>

Vilhena, I. F. G. (2022). *Sentido de competência parental e ajustamento socioemocional em idade pré-escolar: Um estudo com pais de crianças portuguesas* [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior].

Wentzel, K. R. (2015). Socialization in school settings. In J. E. Grusec & P. D. Hastings (Eds.), *Handbook of socialization: Theory and research* (2nd ed., pp. 251–275). The Guilford Press.

Zhou, Q., Sandler, I. N., Millsap, R. E., Wolchik, S. A., & Dawson-McClure, S. R. (2008). Mother–child relationship quality and effective discipline as mediators of the 6-year effects of the New Beginnings Program for children from divorced families. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 76(4), 579-594. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.76.4.579>